

TERMAS
SÃO PEDRO
DO SUL

90

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2024

Termalístur - Termas São Pedro do Sul, E.M., S.A.



Termas São Pedro do Sul, onde o bem-estar e a natureza
andam de mãos dadas!

Índice

1 - Nota Introdutória.....	5
2 - Apresentação da Empresa.....	7
3- Órgãos Sociais.....	8
4 - Organigrama.....	9
5 - Enquadramento Macroeconómico.....	10
5.1 - A nível internacional e europeu.....	12
6 - Atividade da Empresa.....	19
6.1 - Dados da Atividade.....	20
7 - Marketing, Imagem e Comunicação.....	25
8 - Situação Financeira.....	28
8.1 - Gastos.....	29
8.1.1 - Desagregação da rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos”.....	32
9 - Análise económica e financeira.....	35
10 - Expectativas Futuras.....	38
10.1 - Cenário Macroeconómico.....	38
10.2 - Cenário Interno.....	41
10.3 - Evolução previsível da sociedade.....	42
11 - Os objetivos e as políticas da sociedade em matéria de gestão dos riscos financeiros.....	44
12 - Divulgações exigidas por diplomas legais.....	46
13 - Outras informações.....	47
14 - Propostas de aplicação de resultados.....	51
15 - Acontecimento Subsequentes.....	51
15.1 - Autorização para a emissão.....	51
15.2. - Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço.....	51
16 - Considerações Finais.....	53
17 - Anexo ao Relatório.....	54

21/12
X
8.



Termalistur - Termas São Pedro do Sul, E.M., S.A.

1- Nota Introdutória



Nos termos do artigo 9º dos seus estatutos, compete ao Conselho de Administração apresentar anualmente à Assembleia Geral, o relatório de Gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas, relativos ao ano de 2024.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2024.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Empresa, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Empresa se defronta.



2 - Apresentação da Empresa

Identificação

Termalistur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A.

Sede Social

Praça Dr. António José de Almeida – Termas de S. Pedro do Sul

3660 – 692 Várzea SPS

Caracterização Jurídica

Sociedade Anónima com o n.º de pessoa coletiva 506817997

Capital Social

O capital social da empresa é no montante de 4.559.379 € (3.320.335,73 € em dinheiro e 1.239.043,27 € em espécie), estando totalmente realizado e é detido integralmente pelo Município de S. Pedro do Sul, a 31/12/2024, a empresa detinha um capital social de 4.559.379 ações, ao valor nominal de 1 euro por ação.

Contactos

Telefone: 232 720 300 | Internet/email: www.termas-spsul.com /geral@termas-spsul.com

3 - Órgãos Sociais

Nos termos dos seus estatutos, a Termalistur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A., tem o seu Conselho de Administração composto por três Administradores, sendo um Presidente e dois Vogais.

O Conselho de Administração nomeado pela Assembleia Geral da Termalistur para o quadriénio 2021/2025, tem a seguinte composição:

Presidente:

Dr. Victor Jorge Paiva Leal

Vogal:

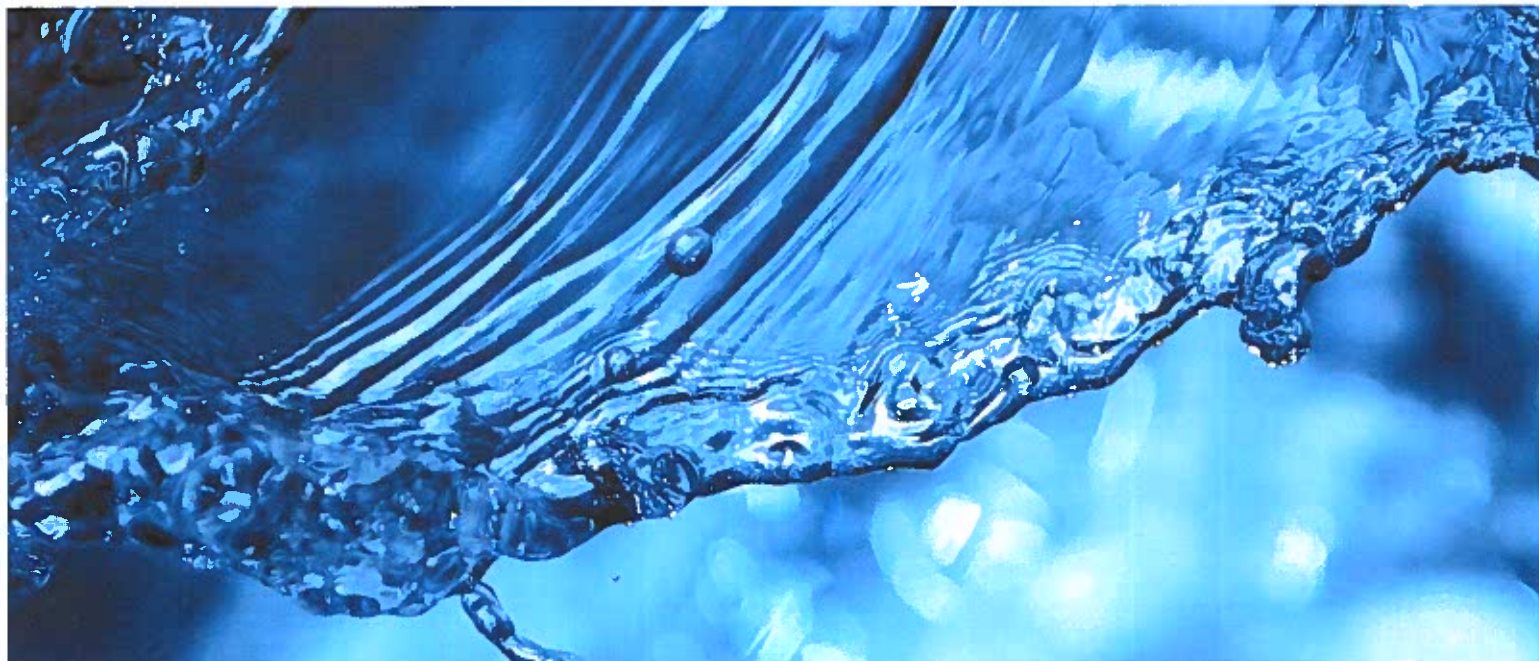
Dr. Fernando Varanda Aido

Vogal:

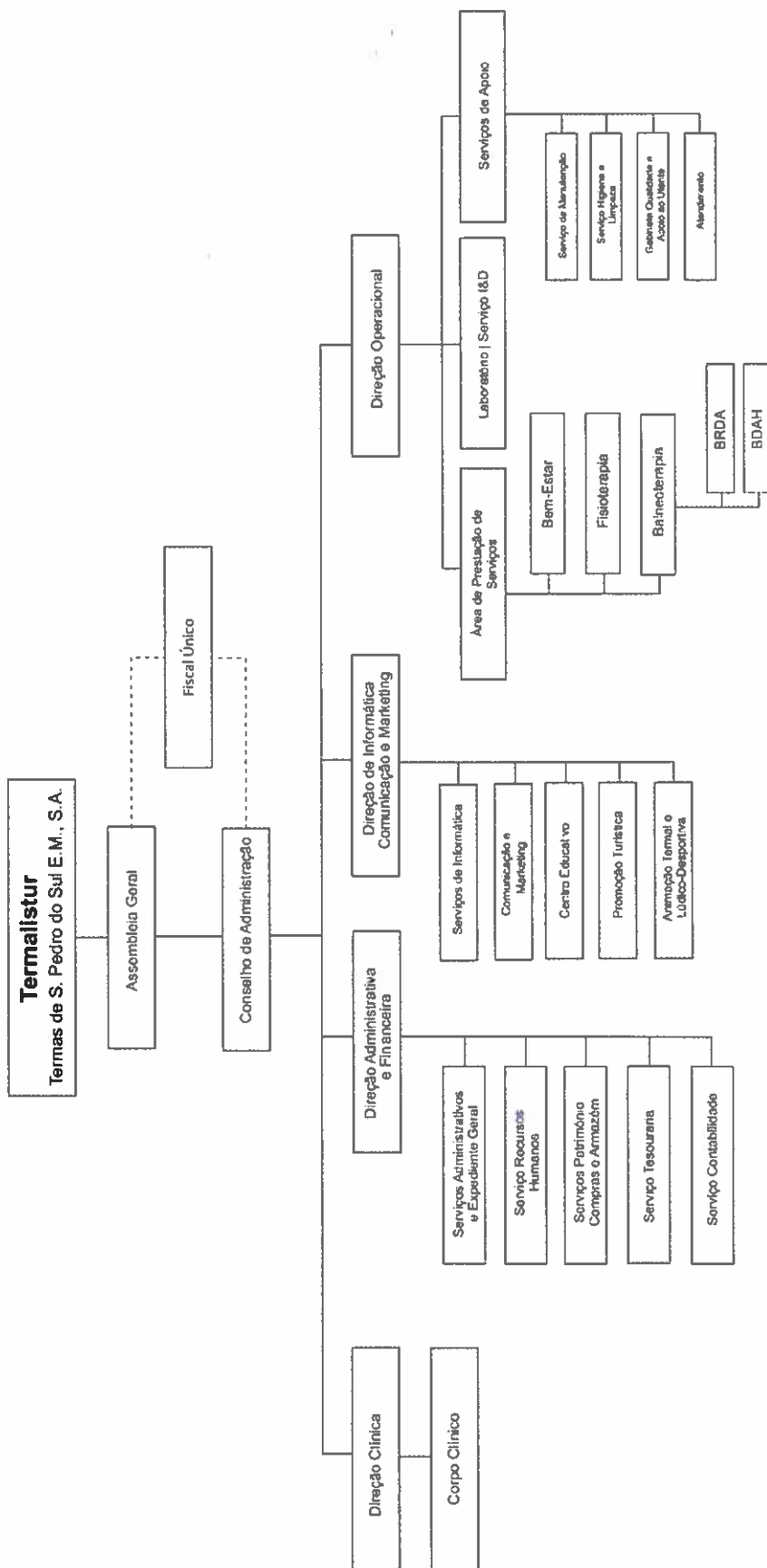
Dra. Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho

Fiscal Único:

Dra. Margarida Cecília Pais de Oliveira Carragoso



✓✓✓



5 - Enquadramento Macroeconómico

Do ponto de vista económico, 2024 foi um ano de relativa estabilidade em comparação com os períodos anteriores. Depois de uma sequência de anos com eventos que abanaram a economia mundial como a pandemia e a guerra da Ucrânia, o ano findo não registou grandes choques. Como tal, as principais economias retomaram os seus cursos normais com muitos países a desagravarem as suas políticas monetárias.

Por oposição, no campo da política, 2024 foi um ano histórico, com mais de 50% da população a ser chamada às urnas para eleições.

No Irão, a morte repentina de Ebrahim Raisi num acidente de helicóptero levou à eleição de Masou Pezeshkian para o cargo. Na África do Sul as eleições marcaram a primeira vez desde 1994 que o Congresso Nacional Africano perde a maioria absoluta. No Reino Unido o partido Conservador foi obrigado a abandonar o poder e a dar lugar ao partido Trabalhista após a derrota de Rishi Sunak na corrida contra Keir Starmer. No México, Claudia Sheinbaum tornou-se a primeira mulher a ser eleita presidente. No meio de todas estas voltas políticas a mais marcante foi a eleição de Donald Trump para um segundo mandato como presidente dos EUA. Donald Trump já tinha feito história na primeira metade do ano ao tornar-se o primeiro ex-presidente americano a ser condenado por crimes. Foi também alvo de um atentado antes de ter derrotado, entre outros, a sua principal oponente Kamala Harris que tinha substituído Joe Biden na corrida à Casa Branca.

Ainda no contexto político, mas sem eleições, o mundo assistiu à queda do regime de Bashar al-Assad que liderava a Síria há 13 anos. Bashar al-Assad estava a braços com uma revolta nacional que tentava suprimir de forma brutal, tendo acabado por ser expulso já na reta final de 2024.

Menos histórico foi a continuação dos conflitos armados que já se tinham iniciado antes de 2024, mais concretamente, o conflito na Ucrânia, que dura há já mais de 3 anos e a invasão da faixa de Gaza por parte das forças israelitas. Embora o ano tenha terminado com ambos os conflitos sem aparente resolução, a eleição de Donald Trump marca uma potencial reviravolta na relação dos EUA com ambas as guerras.



Handwritten signature or initials in the top right corner.

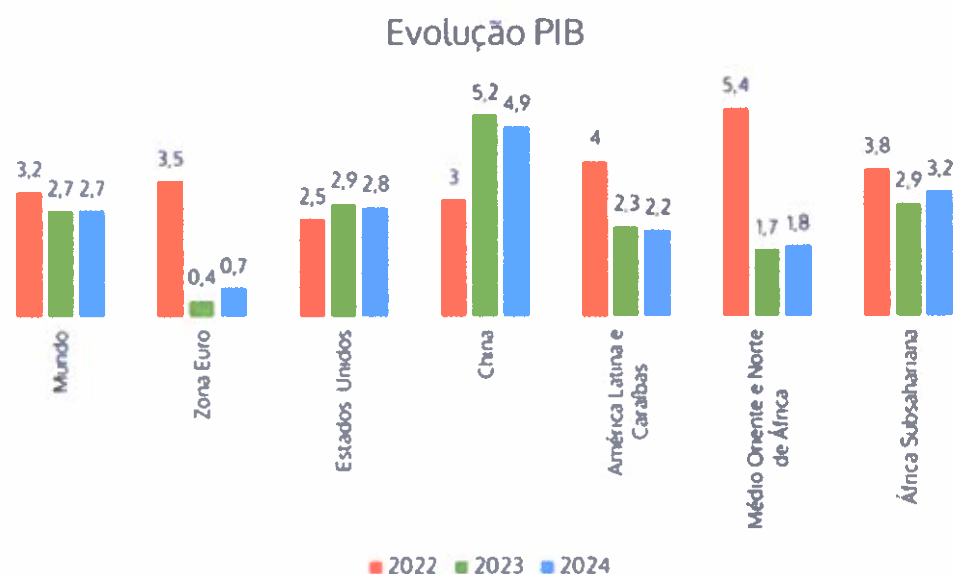
5.1 - A Nível Internacional e Europeu

O ano de 2024 marcou mais um passo importante na batalha contra a inflação, com as taxas a aproximar-se dos valores de referência dos bancos centrais. Esta desinflação permitiu às economias mais avançadas continuar o seu percurso de recuperação económica, embora se projete um crescimento futuro baixo.

A capacidade de evitar uma crise face às medidas de combate à inflação continuam a surpreender alguns especialistas. A economia Mundial provou ser mais resiliente do que antecipado, tendo absorvido em grande parte os choques causados pela pandemia, conflitos armados e alterações climáticas que marcaram os últimos anos. No entanto, o FMI reporta que embora se tenha evitado, aparentemente, uma recessão, a economia mundial está em modo de sobrevivência, mostrando dificuldades em retomar uma trajetória de crescimento.

Estas dificuldades são ilustradas pela estagnação do crescimento do PIB mundial em 2024. Tanto o FMI como o WorldBank alertam que em 2024 as políticas fiscais e financeiras de muitos países foram desagravadas, as cadeias logísticas estabilizaram e a inflação foi largamente controlada. No entanto, o crescimento mundial ficou pelos 2,7%, o mesmo valor registado em 2023.

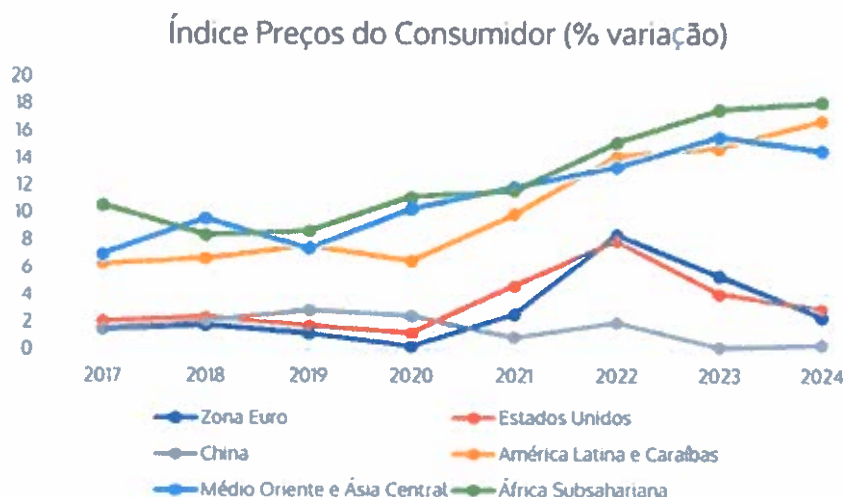
Abaixo apresentam-se os dados de crescimento do PIB desagregados pelas principais regiões do mundo.



Q. V

Seguindo a tendência mundial, todas as principais regiões do mundo apresentaram variações pequenas no crescimento do PIB em 2024, mais um sintoma da estagnação do crescimento que muitos especialistas alertam que se pode transformar numa tendência de não crescimento no médio-longo prazo.

Outro indicador que também abrandou de forma generalizada foi a inflação.



Embora nem todas as regiões tenham verificado uma quebra nas taxas de inflação, a grande maioria das regiões conseguiu controlar este indicador. Segundo dados do WorldBank, em 2024 mais de 60% das economias do mundo apresentavam taxas de inflação iguais ou inferiores ao valor ideal.

Por trás deste comportamento está, segundo o WorldBank, a política monetária mais restritiva que a grande maioria dos países tem conduzido. A este fator o FMI adiciona a recuperação inesperada de dois grandes setores. Em primeiro lugar, o mercado da energia, onde se verificou uma quebra de preços mais acentuada do que antecipado. Em segundo lugar, um abrandar do mercado do trabalho, onde os problemas de falta de mão de obra foram ultrapassados mais rapidamente do que esperado.

De notar que o ajuste de preços à inflação foi menos sentido no setor de prestação de serviços onde a taxa de inflação subjacente se encontra nos 4,2%, cerca de 50% acima dos valores registados pré-pandemia. Esta pressão inflacionária no setor dos serviços fez-se sentir mais na primeira metade do ano onde o mercado laboral registou um maior esforço de aumento de salários para compensar o aumento do custo de vida que se tem vindo a sentir.

Relativamente a salários, a International Labour Organization (ILO) aponta para um crescimento real de 2,7%, indicando um aumento das remunerações superior à taxa de inflação. Com exceção dos

Estados Árabes e de África, onde o salário médio real se manteve estável, todas as restantes regiões do mundo observaram crescimentos. De notar que este crescimento foi desigual, com os maiores aumentos a ocorrer no Oeste e Centro Asiático onde o crescimento foi de 17,9%, e o menor crescimento a ser observado na América do Norte onde o crescimento ficou pelos 0,3%.

Na vertente não financeira, 2024 foi um ano particularmente preocupante no campo político. Os movimentos de extrema-direita vinham a ganhar força há alguns anos, mas 2024 viu alguns dos crescimentos mais acentuados de partidos deste movimento.

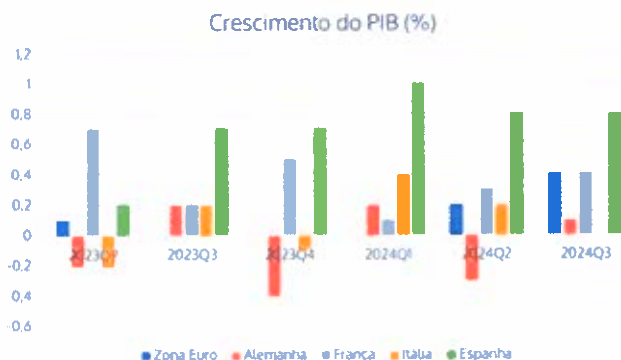
A imigração é cada vez mais o tema social crítico para as principais nações do mundo, tendo sido uma das bandeiras de campanha mais relevantes de Donald Trump, e a justificação para o ganho de poder de muitos partidos europeus.

No campo do clima, 2024 foi o ano mais quente desde que há registo, com a temperatura mundial 1,5 graus acima da registada nos tempos pré-industriais. Este valor é particularmente preocupante, porque o Acordo de Paris de 2015 que tinha definido que o aumento médio da temperatura global nunca deveria ultrapassar os 1,5 graus.

Na área da tecnologia, a Inteligência Artificial tornou-se o tópico do momento. Inflacionou a valorização de empresas como a NVIDIA. Levantou questões sobre a ética em volta do treino dos modelos de linguagem a uso, baseado em grande parte no alegado roubo de dados. Criou problemas legais relativos ao uso da imagem e voz de pessoas para fins maliciosos. Por fim, colocou em causa o futuro de algumas profissões como a animação e ilustração à medida que as empresas começaram a trocar os seus profissionais por software.

EUROPA

A Europa acompanhou a tendência global nos principais indicadores económicos e, tal como as restantes regiões do globo, teve como principal desafio as elevadas taxas de inflação.



V
O.

Recorrendo a algumas regiões ilustrativas, o gráfico acima espelha o parco crescimento do PIB na Zona Euro em 2024.

A inflação continuou a cair, a média das economias da OCDE aponta para uma queda dos 3,8% registados a outubro de 2023 para os 2,3% a outubro de 2024. Um abrandar de 1,5 pontos percentuais e um aproximar considerável do valor ideal de 2%.

Relativamente ao desemprego, não houve alterações significativas entre 2023 e 2024. O Eurostat reportava que a taxa de desemprego na Zona Euro era de 6,5% em dezembro de 2023 e 6,3% em dezembro de 2024. Tendo a União Europeia como referência também se observa esta estabilidade, com a taxa de desemprego em dezembro de 2024 a ficar nos 5,9%, uma descida de 0,1 pontos percentuais face ao período homólogo.

Segundo o FMI o consumo privado cresceu 0,9% em 2024 na zona euro, embora seja um crescimento baixo, representa um aumento de 0,2 pontos percentuais face ao registado em 2023. O consumo público também acelerou, após crescer 1,2% em 2023, fechou o ano de 2024 com um aumento de 1,7%.

A NÍVEL NACIONAL

O Banco de Portugal registou um crescimento de 2,5% do PIB português em 2023. Para 2024 os dados indicam um crescimento de 1,7%, uma quebra de 0,8 pontos percentuais.

Este atenuar de crescimento está ligado em grande parte ao moderar do setor do turismo.

O combate à inflação que dura desde os primeiros tempos pós-pandemia parece estar praticamente ganho. Segundo o Banco de Portugal, 2023 havia terminado com uma taxa de inflação de 5,3% e 2024 deu lugar a uma quebra acentuada deste indicador, fechando com uma taxa de 2,6%. Esta aproximação significativa ao valor ideal de 2% foi fruto de uma quebra dos custos salariais e de um contexto externo, que embora instável, não criou choques na economia portuguesa ao longo do ano. Um setor que também cresceu significativamente foi o da habitação. Após ter sofrido uma contração em 2023, a recuperação foi drástica. Estudos independentes estimam que 2024 deverá fechar com uma subida adicional dos preços das casas de 3,4% no último trimestre do ano.

Esta subida acentuada dos preços segue uma tendência que já se vinha a registar há alguns anos, mas que foi acelerada por medidas tomadas pelo Governo em 2024 de apoio à compra através de

isenções de pagamentos de impostos e garantias bancárias que serviram mais para subir o preço das casas do que para estimular o poder de compra.

De acordo com a OCDE, o consumo privado cresceu 2,7% em 2024, um acelerar face ao crescimento de apenas 2% registados em 2023. Este crescimento deve-se em grande parte ao abrandar da inflação que se fez sentir ao longo do ano, bem com as medidas fiscais que colocaram mais dinheiro disponível nas mãos das famílias. Entre essas medidas sublinha-se as alterações feitas ao IRS que permitiram às pessoas levar uma porção maior do seu salário para casa, efeito especialmente notório nos meses de setembro e outubro. Também de realçar é o abrandar das taxas de juro, que permitiu às famílias poupar nos seus empréstimos.

De forma semelhante o consumo público também aumentou 1,2% em 2024. Este aumento e o aumento sentido no investimento estão em grande parte alavancados no Programa de Recuperação e Resiliência.

Relativamente à troca de bens com o exterior, o Banco de Portugal e a OCDE apontam para um aumento entre 3,9% e 4,2% das exportações, um aumento assente no crescimento das exportações e bens. Segundo o Banco de Portugal, a maioria dos grupos de bens portugueses observou um aumento de quota de mercado nominal nos mercados da União Europeia. Por contrapartida as exportações do turismo diminuíram. Esta diminuição deve-se à normalização da procura após um período de crescimento acentuado nos anos pós-covid. Do lado das importações é esperado um aumento entre 5,2% e 5,6% em 2024 (dados Banco de Portugal e OCDE respetivamente).

A rentabilidade das empresas manteve-se estável ao longo de 2024, encontrando-se no terceiro trimestre de 2024 na casa dos 9,4%, um valor em linha com os registados no ano de 2023, com exceção do pico do t

RENDIBILIDADE GLOBAL DAS EMPRESAS



No que toca às empresas públicas a rentabilidade destas fixou-se nos 7,1%.

A autonomia financeira das empresas aumentou para 45,1% no terceiro trimestre de 2024, era de 42,9% no período homólogo. O peso dos financiamentos no ativo das empresas baixou para 27,2% o que compara com os 28,8% registados no mesmo período do ano anterior. Este decréscimo foi transversal a todos os setores da economia, com exceção do setor das sedes sociais.

No setor público, a autonomia financeira aumentou de 36,5% no terceiro trimestre de 2023 para 37,5% no mesmo período de 2024.





6 - Atividade da Empresa

Vr

Q.

A Termalstur-Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. tem como atividade principal a gestão e exploração dos equipamentos termais, bem como das demais atividades ligadas ao termalismo que lhe venham a ser cometidas pelo Município de S. Pedro do Sul.

No ano de 2024, a empresa desenvolveu a sua atividade com normalidade.

O setor termal foi bastante afetado pelas medidas de prevenção e combate à pandemia de covid 19, e as Termas de S. Pedro do Sul não foram exceção. Em 2024 continuou a verificar-se uma recuperação de aquisições, no entanto, os valores ficaram ainda aquém dos alcançados em 2019. O ano de 2024 encerrou com uma redução, na ordem dos 6%, no seu volume de negócios, comparando com valores pré pandemia (ano 2019).

A nível nacional, as Termas de S. Pedro do Sul ocupam o primeiro lugar, em termos de faturação, quer no mercado de termalismo terapêutico com uma quota de 36% (2023: 36%), como no mercado de bem-estar termal com uma quota de 17% (2023: 17%).





6.1 - Dados de Atividade

Com o propósito de dar uma panorâmica geral das grandes rubricas da atividade da Empresa no período findo em 31 de dezembro de 2024, apresentamos de seguida um mapa comparativo e evolutivo das grandes rubricas da estrutura dos seus rendimentos:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
<u>Evolução Recursos Humanos</u>	164	116	136	151	147	142
Nº de Aquistas	19 248	5 847	10 544	16 235	18 075	19 053
Faturação Balneoterapia	3 280 705,59 €	842 728,82 €	1 745 718,44 €	2 358 782,56 €	2 596 162,01 €	2 688 292,67 €
Faturação Fisioterapia	336 195,19 €	124 394,28 €	223 218,20 €	315 438,14 €	354 126,70 €	407 951,35 €
Faturação Consultas	486 149,04 €	144 422,06 €	270 170,61 €	362 334,49 €	391 041,05 €	428 503,00 €
Faturação Bem-Estar Termal	243 872,48 €	118 496,70 €	235 578,53 €	369 508,42 €	457 926,06 €	545 630,50 €
Faturação Merchandising	17 235,74 €	5 940,56 €	9 421,87 €	25 778,67 €	10 805,76 €	9 121,55 €
Faturação Aparelhos	40 213,36 €	11 655,46 €	19 405,31 €	27 640,23 €	33 487,96 €	32 741,26 €
Faturação Dermocosmética	136 119,57 €	59 007,61 €	67 186,17 €	90 692,81 €	75 862,43 €	172 065,20 €
Faturação Geotermia	10 560,00 €	9 680,00 €	5 760,00 €	7 200,00 €	9 600,00 €	9 600,00 €

Como se pode verificar pelo mapa apresentado, a empresa laborou com uma diminuição média de cerca de 5 Colaboradores, tendo tido um aumento de 978 aquistas em relação ao período anterior.

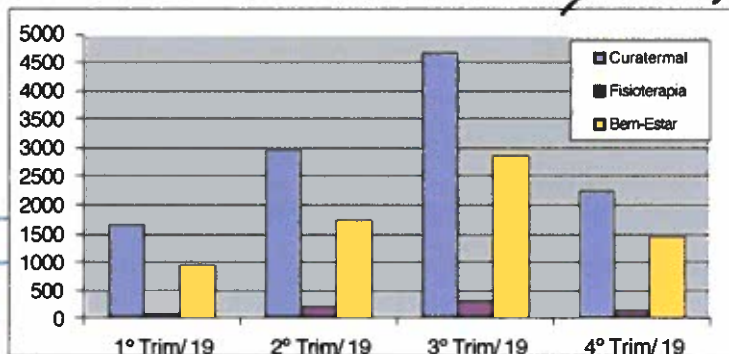
Em relação ao volume de faturação de 2024, existiu um aumento generalizado relativamente a 2023. Cerca de mais 4%, na balneoterapia, mais 15% na fisioterapia, mais 10% em consultas, mais 19% em bem-estar termal, mais 127% em dermocosmética, tendo existido uma diminuição de 2% na faturação de aparelhos e 15% na faturação de merchandising.

O aumento da faturação de dermocosmética resultou da reposição dos stocks de vários produtos Aqva.

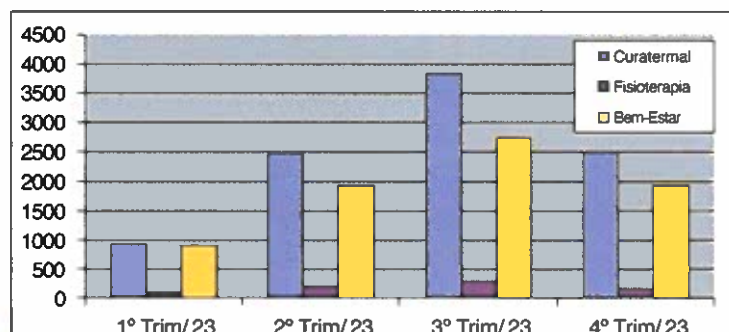
A faturação da Entidade, em 2024, cresceu face ao período homólogo, contudo, ainda aquém dos valores pré pandemia, em que apresenta uma diminuição em várias rubricas à exceção das rubricas de fisioterapia, de dermocosmética e de bem-estar termal em que se registou um aumento da procura.

Ainda em relação à sazonalidade da atividade da nossa Empresa, apresentamos gráfico elucidativo:

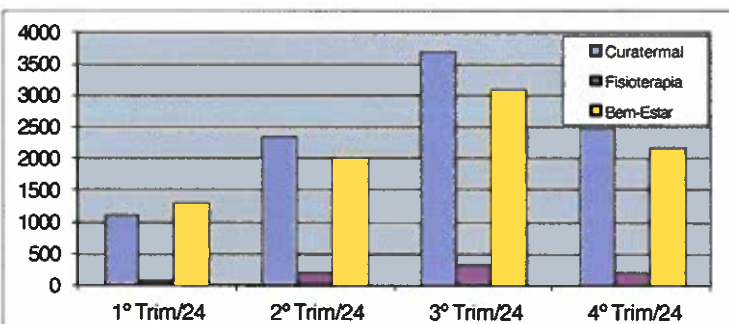
Mês/ Ano	Curatermal	Fisioterapia	Bem-Estar	Total
1º Trim/19	1667	82	944	2693
2º Trim/19	2948	208	1711	4867
3º Trim/19	4666	313	2874	7853
4º Trim/19	2233	158	1444	3835
Total	11514	761	6973	19248



Mês/ Ano	Curatermal	Fisioterapia	Bem-Estar	Total
1º Trim/23	951	104	897	2284
2º Trim/23	2462	219	1929	4092
3º Trim/23	3844	319	2749	6467
4º Trim/23	2505	176	1920	3079
Total	9762	818	7495	18075



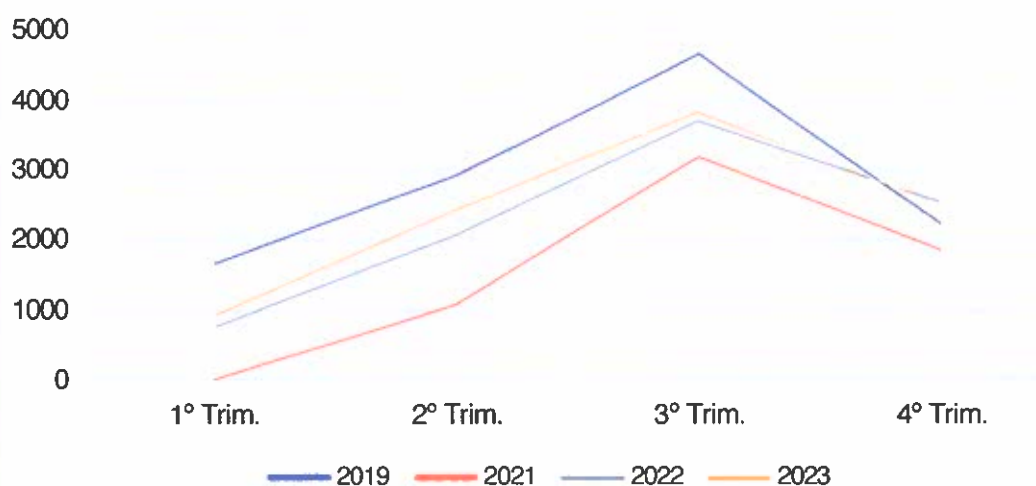
Mês/ Ano	Curatermal	Fisioterapia	Bem-Estar	Total
1º Trim/24	1102	102	1303	2507
2º Trim/24	2350	227	2009	4586
3º Trim/24	3698	330	3076	7104
4º Trim/24	2467	222	2167	4856
Total	9617	881	8555	19053



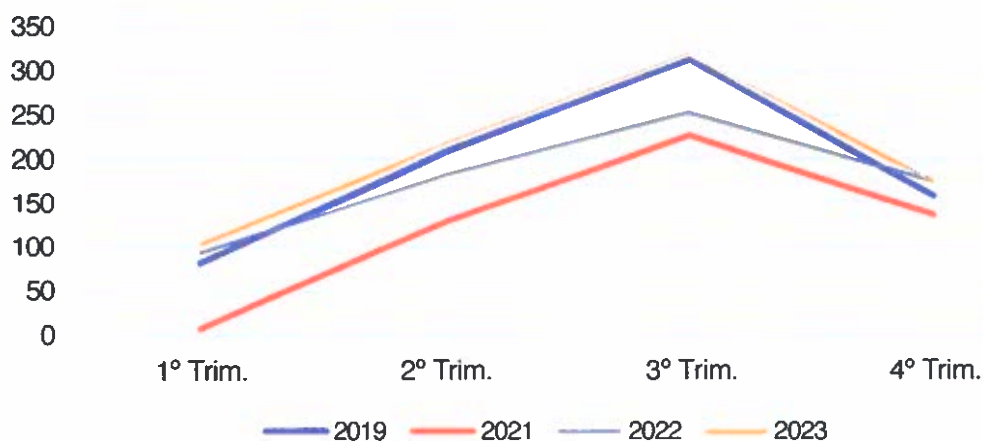
No primeiro quadro, analisamos as variações em valor, neste quadro podemos verificar que, face ao período homólogo, atendemos menos 145 Aquistas de Cura Termal, mais 63 de Fisioterapia e mais 1.060 de Bem-estar. Relativamente a 2019, podemos verificar que atendemos menos 1.897 Aquistas de Cura Termal, mais 120 de Fisioterapia e mais 1.582 em tratamentos de bem-estar.



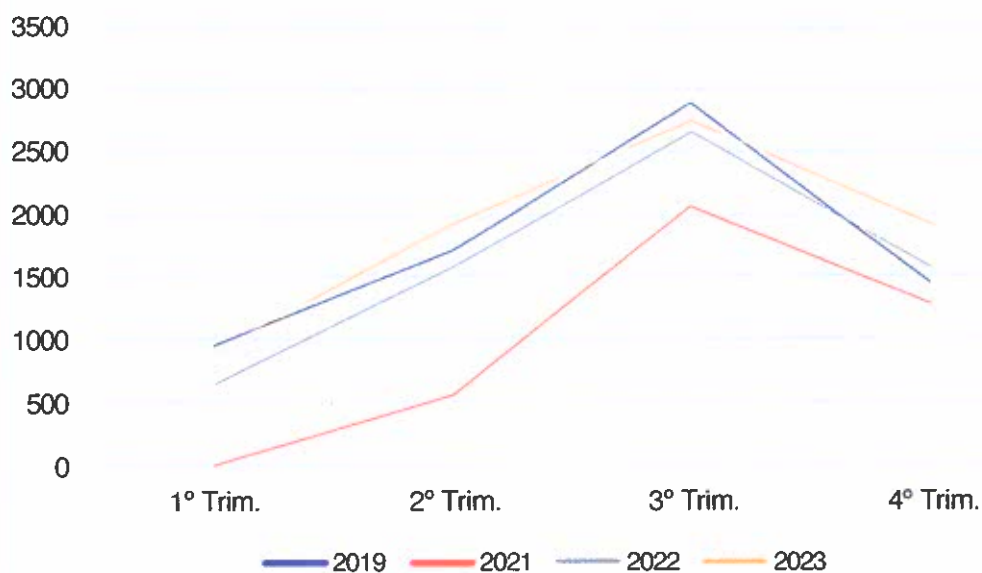
Cura Termal



Fisioterapia



Bem-estar



O serviço de bem-estar termal foi a valência onde se registou uma maior recuperação da faturação, mais 301.758€, em termos de faturação, relativamente os valores atingidos em 2019. Para além da venda convencional de programas ao balcão, verificou-se uma dinâmica muito interessante de vendas on-line que representaram 36% das vendas totais de bem-estar.

Relativamente ao tipo de tratamentos realizados verificou-se predominância na técnica de banheira com hidromassagem automática ao nível de banhos, do duche vichy geral nos duches, do vapor à coluna nos vapores, da piscina com hidromassagem fixa de 10 minutos e da nebulização e irrigação nasal nas técnicas ORL. Verifica-se um crescimento, face a 2019, do número de duche circular, duche de jato, duche com massagem localizada, Piscina hidro Fixa de 10' e aerossol e uma maior recuperação da técnica de bertholaix motivada pela disponibilização de mais um equipamento no Balneário D. Afonso Henriques, conforme se pode verificar na tabela abaixo:

Tratamentos realizados		2019	2022	2023	2024	Dif 24/23	Dif 24/23 %	Dif 24/19	Dif 24/19 %
Banhos	Banheira Hidro Manual 7'	2 307	1 328	941	614	-327	-34,75%	-1 693	-73,39%
	Banheira Hidro Automática	33 936	26 176	25 900	26 266	366	1,41%	-7 670	-22,60%
	Banheira Imersão	333	303	295	326	31	10,51%	-7	-2,10%
	Banheira Bolha de ar	1 420	778	679	686	7	1,03%	-734	-51,69%
	Banheira Bolha de ar+hidro Aut.	4 623	3 880	3 716	3 262	-454	-12,22%	-1 361	-29,44%
	Banheira Niagara com hidro Aut.	1 887	425	592	485	-107	100,00%	-1 402	-74,30%
	Total	44 506	32 890	32 123	31 639	-484	-1,51%	-12 867	-28,91%
Duches	Duche com massagem geral	29 495	25 770	22 591	21 143	-1 448	-6,41%	-8 352	-28,32%
	Duche com massagem localizada	18 610	14 021	18 796	18 859	63	0,34%	249	1,34%
	Duche de jato	367	493	368	404	46	12,85%	37	10,08%
	Duche de cachão	2 936	2 113	2 071	2 177	106	5,12%	-759	-25,85%
	Duche circular	73	137	157	254	97	61,78%	181	247,95%
	Total	51 481	42 534	43 973	42 837	-1 136	-2,58%	-8 644	-16,79%
Vapores	Vapor à coluna	53 616	35 970	37 432	35 530	-1 902	-5,08%	-18 086	-33,73%
	Emanatório	4 547	2 094	3 063	2 757	-326	100,00%	-1 790	-39,37%
	Vapor aos membros	16 853	11 698	12 439	11 957	-482	-3,87%	-4 896	-29,05%
	Bertholaix	5 131	6 869	6 963	7 342	379	5,44%	2 211	43,09%
	Total	80 147	56 631	59 917	57 586	-2 331	-3,89%	-22 561	-28,15%
Piscina	Piscina com Hidro fixa 15'	14 804	13 549	15 463	15 591	128	0,83%	787	5,32%
	Piscina com Hidro manual 15'	25 641	16 454	14 096	12 973	-1 123	-7,97%	-12 668	-49,41%
	Piscina com Hidro fixa 10'	11 303	9 752	17 738	18 406	668	3,77%	7 103	62,84%
	Piscina com Hidro manual 7'	22 694	15 842	13 555	11 710	-1 845	-13,61%	-10 984	-48,40%
	Piscina de recuperação	1 547	750	1 028	963	-65	-6,32%	-584	-37,75%
	Total	75 989	56 347	61 880	59 643	-2 237	-3,62%	-16 346	-21,51%
ORL	Irrigação Nasal	56 563	35 042	39 854	40 499	645	1,62%	-16 064	-28,40%
	Pulverização	19 344	4 772	9 190	8 766	-424	-4,61%	-10 578	-54,68%
	Inalação Nasal	33 306	19 864	22 786	23 136	350	1,54%	-10 170	-30,54%
	Bucofaringeo	9 706	7 885	7 670	8 110	440	5,74%	-1 596	-16,44%
	Nebulização	64 698	38 600	42 155	41 916	-239	-0,57%	-22 782	-35,21%
	Aerossol	6 706	7 748	9 390	10 541	1 151	12,26%	3 835	57,19%
	Total	190 323	113 911	131 045	132 968	1 923	1,47%	-57 355	-30,14%
	Total Global	442 446	302 313	328 938	324 673	-4 265	-1,30%	-117 773	-26,62%



Relativamente à comparticipação dos tratamentos termais pelo Serviço Nacional de Saúde, verificou-se em 2024 uma utilização de 3.872 requisições (2023: 3.805). Deste total de requisições executadas, 80% são referentes à indicação terapêutica de reumatologia e 20% à indicação terapêutica das vias respiratórias. Do total de requisições recebidas, 1.967 (51%) foram alvo da comparticipação máxima de 95€, sendo o valor médio de comparticipação de 87,62€.



7 - Marketing, Imagem e Comunicação

Em 2024, a estratégia de marketing, imagem e comunicação das Termas São Pedro do Sul consolidou-se através da inovação, reforço da identidade da marca e implementação de ações direcionadas para a notoriedade e fidelização de clientes. O foco esteve na adaptação às tendências digitais, otimização dos canais de comunicação e desenvolvimento de campanhas estratégicas que potenciaram a experiência do cliente e o posicionamento institucional.

Destacam-se as seguintes iniciativas implementadas ao longo do ano:

- **Dinamização das Redes Sociais:** Produção de conteúdos alinhados com as tendências digitais, privilegiando formatos em vídeo e reels no Instagram para captar um público mais jovem, e um reforço na vertente institucional no LinkedIn, com partilha de certificações e iniciativas de sustentabilidade;
- **Criação de novos conteúdos interativos,** incluindo testemunhos em vídeo de utentes e colaboradores, promovendo uma maior proximidade com o público e credibilidade para os serviços oferecidos;
- **Implementação de Mupis Digitais para Divulgação do Destino:** instalação de quatro mupis digitais – dois indoor e dois outdoor – em pontos estratégicos das Termas São Pedro do Sul. Estes equipamentos foram implementados com o objetivo de divulgar o destino São Pedro do Sul e melhorar a comunicação com os utentes e visitantes. Os mupis disponibilizam informações institucionais sobre as Termas São Pedro do Sul, contactos dos serviços dos Balneários assim como do Posto de Turismo e de emergência e Banners promocionais e campanhas ativas.
- **Campanhas e Eventos de Ativação de Marca AQVA,** nomeadamente: a organização de workshops ao longo do ano, realizados tanto no interior do Balneário como ao ar livre, para promoção da linha dermocosmética AQVA e sensibilização dos clientes sobre os benefícios dos produtos; disponibilização de sessões gratuitas de experimentação de massagens com produtos AQVA nos workshops, incentivando a venda direta no local.
- **Inquérito de satisfação acessível a qualquer visitante,** contribuindo para a recolha de dados e melhoria contínua dos serviços.



Novos Programas de Bem-Estar: Atualização dos nomes dos programas de bem-estar, eliminando estrangeirismos e substituindo-os por designações inspiradas no património e identidade portuguesa, reforçando o posicionamento da marca como referência nacional no setor termal;

- Reforço das Campanhas Promocionais: Lançamento de diversas campanhas segmentadas ao longo do ano, como AQVA Summer, Dia da Mulher e AQVA Night, criando dinâmicas sazonais para aumentar a adesão aos serviços;

- Criação de Novos Materiais de Divulgação: Desenvolvimento de flyers promocionais AQVA para distribuição em eventos e ações promocionais, potenciando o cross-selling dentro dos balneários e nos programas de bem-estar;

- Expansão do Marketing Direto: Envio de mais de seis newsletters ao longo do ano, complementadas por campanhas de SMS Marketing, garantindo uma comunicação eficaz e personalizada com os clientes;

- Parceria com outras entidades para a realização de Giveaways nas Redes Sociais, potenciando o número de seguidores e respetivo alcance da marca Termas São Pedro do Sul no digital;

- Ativação da linha WhatsApp das Termas São Pedro do Sul, por forma a disponibilizarmos um serviço mais digital e tendência de comunicação, ficando mais próximos dos nossos clientes. Um serviço de resposta mais rápida e eficaz, potenciando a relação Termas SPS - clientes e vice-versa;

- Presença no Stand das Festas de São Pedro do Sul;

- Criação de 2 coffrets de Natal e respectiva divulgação através de mupis digitais, receções dos balneários, elevadores, balneário romano e postos de turismo;

- Sustentabilidade e Responsabilidade Social: Desenvolvimento de ações alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforçando a posição das Termas São Pedro do Sul como entidade ambientalmente responsável. A decoração natalícia sustentável, com a reutilização de materiais, e a participação em iniciativas como o projeto GreenSPAS evidenciam este compromisso;

- Reforço da Presença Institucional e Internacional: Participação ativa em eventos como a FITUR, Termatália e General Assembly da EHTTA, promovendo as Termas São Pedro do Sul além-fronteiras e consolidando a sua relevância no termalismo europeu.

VL
J

Com estas iniciativas, 2024 foi um ano de fortalecimento da marca, inovação e crescimento estratégico, mantendo as Termas São Pedro do Sul na vanguarda do termalismo e do bem-estar em Portugal. Para 2025, o compromisso é continuar a investir na digitalização para a promoção e notoriedade da marca, assim como na agilização de processos internos e de atendimento/acolhimento ao cliente e potenciar a inovação sustentável, assegurando um serviço de excelência e uma experiência diferenciadora para todos os utentes.



✓✓✓

8 - Situação Económica

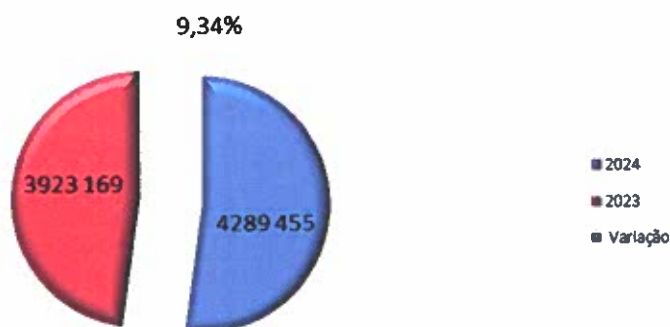
Apresenta-se composição dos rendimentos e gastos em 2024 e 2023, a sua variação absoluta e relativa (%);

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Descrição	Valores em Centimos de Euros			
	2024	2023	Variação	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	4 289 455,18	3 923 168,75	366 286,43	9,3%
Subsídios à exploração	121 959,32	70 053,89	51 905,43	74,1%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(186 694,78)	(159 615,24)	(27 079,54)	17,0%
Fornecimentos e serviços externos	(1 092 662,73)	(1 076 822,56)	(15 840,17)	1,5%
Gastos com o pessoal	(2 558 978,01)	(2 479 898,26)	(79 079,75)	3,2%
Outros rendimentos	311 925,40	573 245,39	(261 319,99)	(45,6%)
Outros gastos	(60 759,81)	(68 034,48)	7 274,67	(10,7%)
EBITDA - Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto	824 244,57	782 097,49	42 147,08	5,4%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(368 679,93)	(361 250,11)	(7 429,82)	2,1%
EBIT - Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	455 564,64	420 847,38	34 717,26	8,2%
Juros e gastos similares suportados	(455 564,64)	(420 847,38)	(34 717,26)	8,2%
EBT - Resultado antes de impostos		0,00	(0,00)	(100,0%)
Imposto sobre o rendimento do período	55 400,11	(26 935,47)	82 335,58	(305,7%)
Resultado líquido do período	55 400,11	(26 935,47)	82 335,58	(305,7%)

A Empresa apresenta uma variação positiva no rédito de 366.286 Euros (+9,3%), tendo tido necessidade de aumentar os seus gastos para fazer face ao aumento da procura dos serviços, nomeadamente os gastos com pessoal, os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas e fornecimentos e serviços externos.

Variação em vendas e serviços prestados



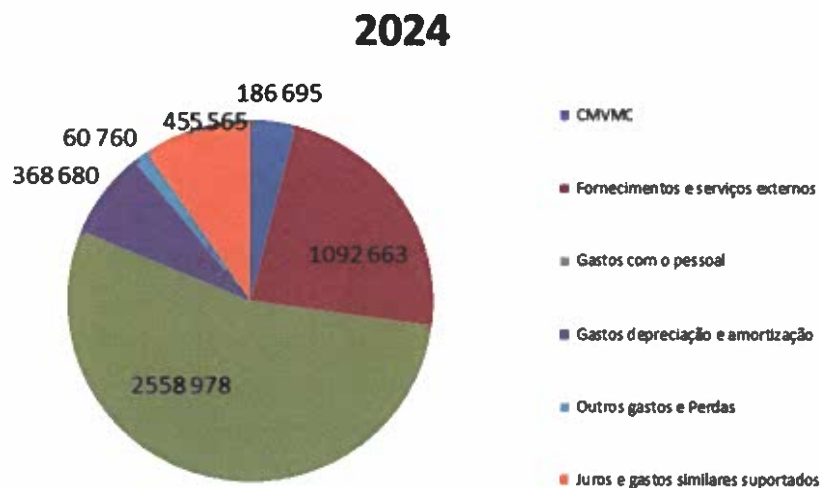
Handwritten signature and initials.

8.1 - Gastos

Os gastos globais de 2024 totalizaram 4.723.339,90 Euros, representando um aumento de 156.871,87 Euros relativamente ao ano anterior.

Estrutura dos Gastos 2024/2023

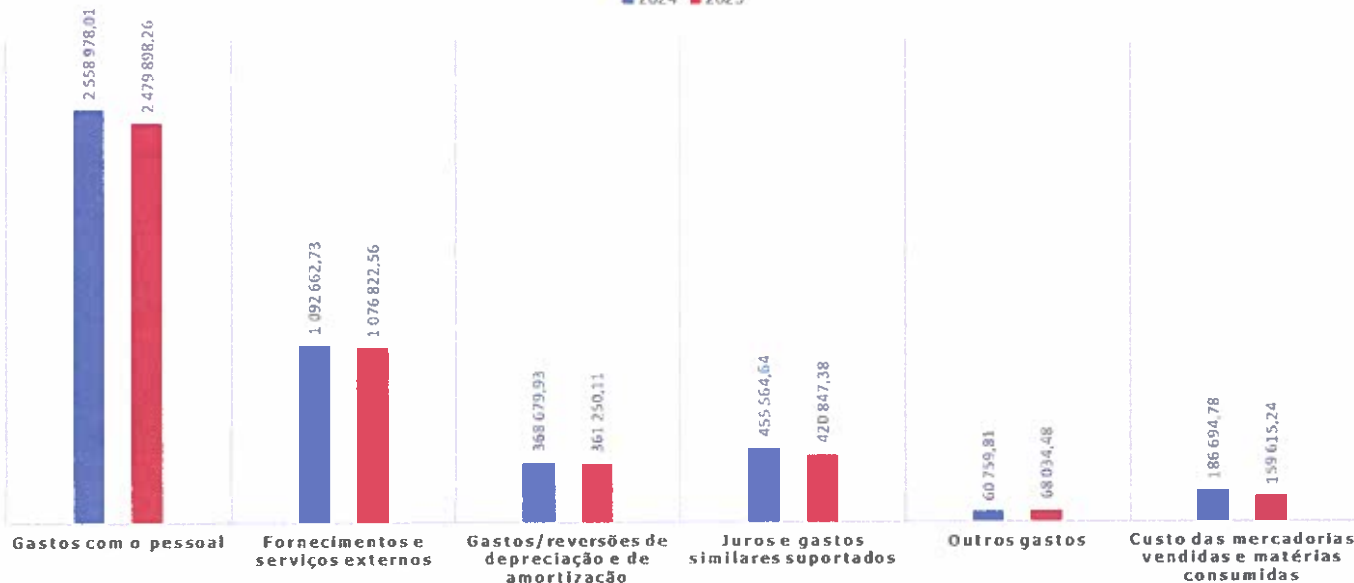
Descrição	Em cêntimos de Euro			
	2024	2023	Variação	Variação (%)
Gastos com o pessoal	2 558 978,01	2 479 898,26	79 079,75	3,2%
Fornecimentos e serviços externos	1 092 662,73	1 076 822,56	15 840,17	1,5%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	368 679,93	361 250,11	7 429,82	2,1%
Juros e gastos similares suportados	455 564,64	420 847,38	34 717,26	8,2%
Outros gastos	60 759,81	68 034,48	(7 274,67)	(10,7%)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	186 694,78	159 615,24	27 079,54	17,0%
Total da estrutura de gastos	4 723 339,90	4 566 468,03	156 871,87	3,4%



Seguidamente apresentam-se comparações entre os gastos realizados em 2024, com os realizados em 2023, em termos absolutos.

COMPARATIVO DA ESTRUTURA DE GASTOS

■ 2024 ■ 2023

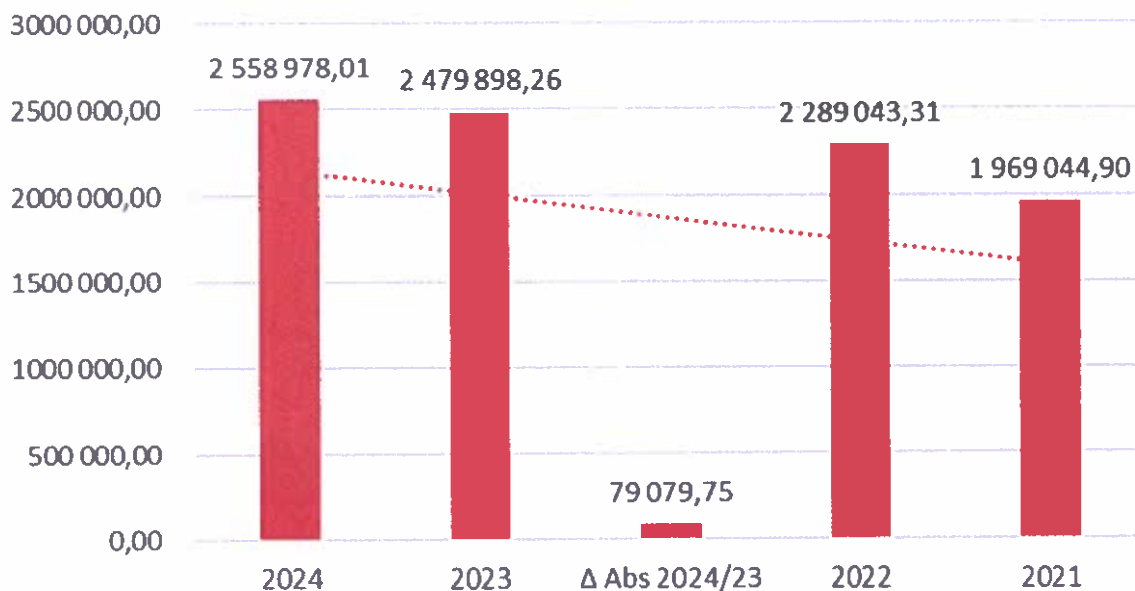


Em relação aos gastos com pessoal, os quadros seguintes apresentam informação detalhada sobre a sua evolução:

- Evolução dos gastos com o pessoal nos últimos 4 anos:

Descrição	2024	2023	Δ Abs 2024/23	2022	2021
Gastos com pessoal	2 558 978,01	2 479 898,26	79 079,75	2 289 043,31	1 969 044,90
N.º médio de colaboradores	142	147	-5	151	136
Gasto médio por colaborador	18 020,97	16 870,06	1 150,92	15 159,23	14 478,27

Evolução Gastos com Pessoal



Handwritten signature or initials in the top right corner.

O acréscimo verificado nos gastos com o pessoal do período de 2023 para 2024, deve-se essencialmente à atualização das tabelas salariais, fruto do aumento salário mínimo nacional, que passou de 761,58 para 821,83 Euros. Como se verifica o gasto médio por colaborador teve um aumento significativo.

Relativamente ao número de colaboradores, em termos médios foi de 142 no ano 2024, e de 147 no ano 2023.



8.1.1. Desagregação da rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos”

	2024	2023	Variação	Variação %
Serviços especializados	453 960,29	424 386,84	29 573,45	7,0%
Electricidade	179 183,50	100 543,39	78 640,11	78,2%
Renda e alugueres	144 284,04	139 505,91	4 778,13	3,4%
Outros serviços (Inclui animação termal)	45 801,33	71 188,41	-25 387,08	(35,7%)
Combustíveis	37 215,75	34 614,89	2 600,86	7,5%
Água	30 467,63	35 400,75	-4 933,12	(13,9%)
Seguros	30 071,71	29 098,24	973,47	3,3%
Honorários	26 580,60	39 348,40	-12 767,80	(32,4%)
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	23 044,41	6 991,19	16 053,22	229,6%
Conservação e reparação	22 482,62	29 229,07	-6 746,45	(23,1%)
Publicidade e propaganda	21 153,25	39 426,05	-18 272,80	(46,3%)
Despesas de representação	17 682,88	22 875,49	-5 192,61	(22,7%)
Serviços bancários	14 173,78	12 056,45	2 117,33	17,6%
Material de conservação e reparação	10 840,16	45 861,15	-35 020,99	(76,4%)
Material para bem-estar	7 715,28	8 964,35	-1 249,07	(13,9%)
Comunicação	6 855,80	5 869,15	986,65	16,8%
Material de escritório	6 330,93	5 834,89	496,04	8,5%
Deslocações e estadas	5 088,58	3 287,60	1 800,98	54,8%
Limpeza, higiene e conforto	3 660,71	5 356,10	-1 695,39	(31,7%)
Outros serviços	3 419,92	4 995,47	-1 575,55	(31,5%)
Outros Materiais	1 126,81	4 163,84	-3 037,03	(72,9%)
Material para tratamentos	993,17	2 502,31	-1 509,14	(60,3%)
Livros e documentação técnica	193,20	2 659,65	-2 466,45	(92,7%)
Contencioso e notariado	169,52	990,16	-820,64	(82,9%)
Óleos e lubrificantes	83,43	0,00	83,43	100,0%
Artigos de ofertas	60,00	249,20	-189,20	(75,9%)
Transportes de mercadorias	23,43	1 423,61	-1 400,18	(98,4%)
	1 092 662,73	1 076 822,56	15 840,17	1,47%

De um modo geral, o valor desta rubrica aumentou, cerca de 15.840 Euros, aproximadamente 1,47% em relação a 2023. É de salientar o aumento do valor da eletricidade, cerca de 78.640 Euros, relativamente a 2023, resultante do aumento das tarifas de acesso às redes apresentado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

Q. VZ

Os “Serviços especializados” incluem 310.671f euros referentes a Consultas Médicas de Hidrologia e Medicina Física e Reabilitação realizadas pelo corpo clínico (2023: 340.394 Euros).

À semelhança de 2020, 2021, 2022 e 2023 também não foi possível realizar o Festival da Água em 2024, tendo os custos com animação em 2024 sido de 45.801,33 Euros (2023: 70.890,86 Euros).

8.2 Rendimentos

Os rendimentos globais de 2024 totalizaram 4.723.339,90 Euros, representando um acréscimo de 156.871,87 Euros relativamente ao período anterior, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

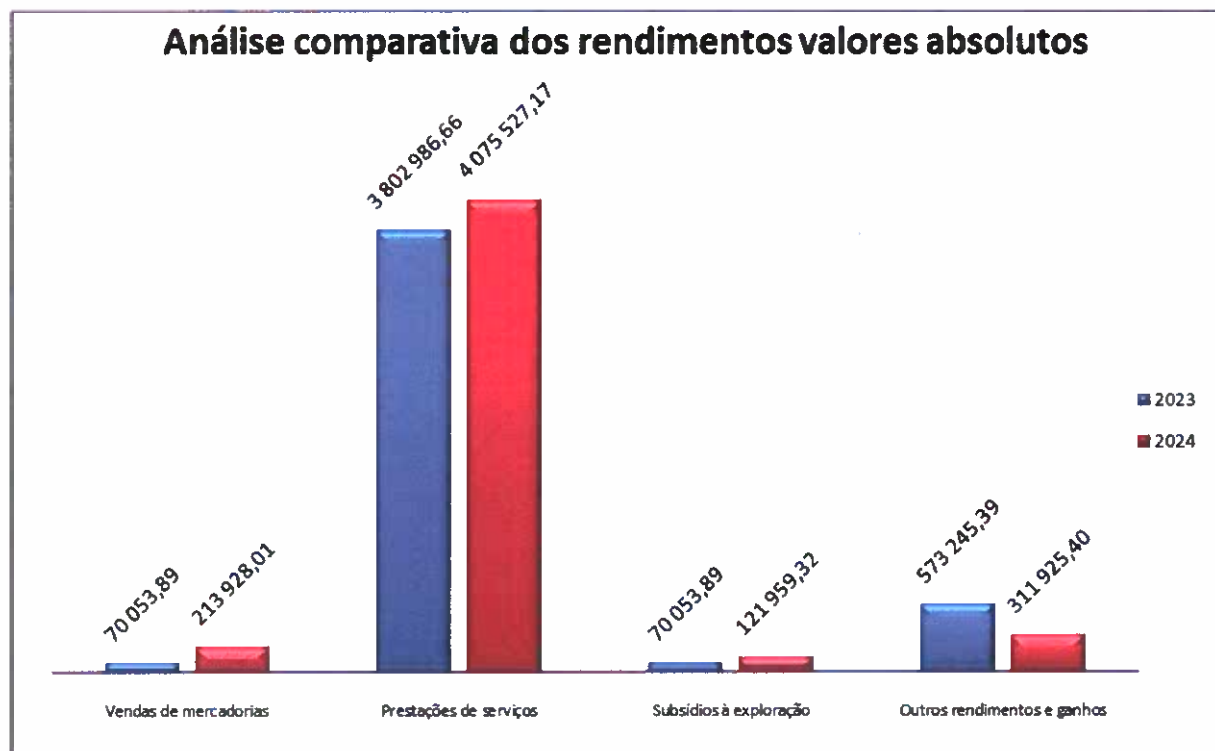
Estrutura dos Rendimentos 2024/2023

Descrição	2024	2023	Variação	Variação (%)
Outros rendimentos	311 925,40	573 245,39	(261 319,99)	(45,6%)
Vendas e serviços prestados	4 289 455,18	3 923 168,75	366 286,43	9,3%
Subsídios à exploração	121 959,32	70 053,89	51 905,43	74,1%
Total da estrutura de rendimentos	4 723 339,90	4 566 468,03	156 871,87	3,4%

Em relação à composição dos principais rendimentos e respetiva estrutura, apresentam-se de seguida gráficos que sintetizam de forma muito clara a contribuição de cada uma das rubricas em 2024.



Handwritten signature and initials.



Conforme já referido anteriormente, o aumento da estrutura de rendimentos deveu-se ao aumento da atividade da Empresa, que por sua vez, adveio de um aumento do número de aquistas que usufruíram dos serviços prestados pela Empresa.

A variação da rubrica “Outros rendimentos” refere-se ao reconhecimento da compensação financeira para equilíbrio de resultados, nos termos do nº2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, no valor de 234.177,80€ (2023: 278.562,17€), atribuídos pelo Município de São Pedro do Sul.



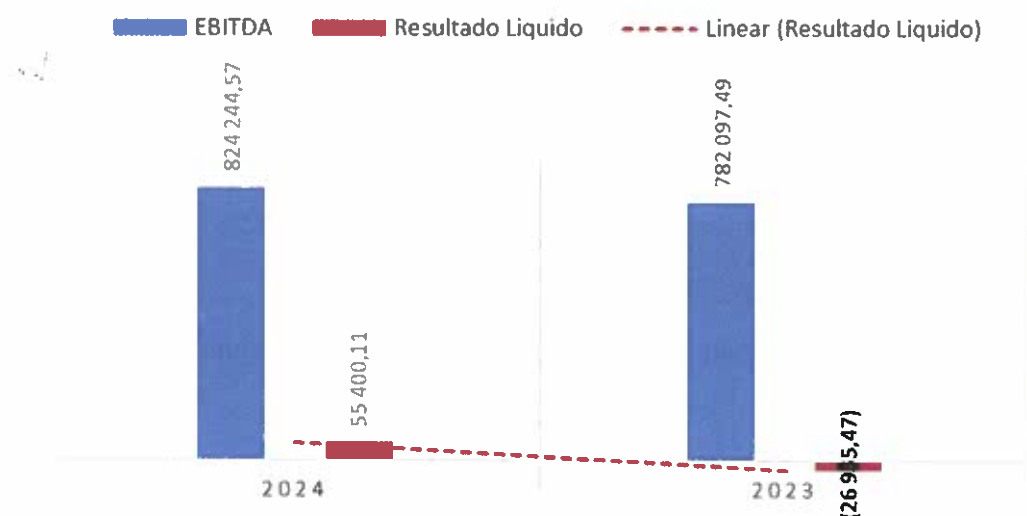
9 - Análise económica e financeira

Ver

9.

Do ponto de vista económico, a sociedade apresentou, comparativamente ao período anterior os seguintes valores de EBITDA e Resultado Líquido do período.

COMPARATIVO 2024 VS 2023



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Empresa apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores:

Análise financeira	2024	2023	Δ Absoluta
Autonomia Financeira(%)	39,5%	39,4%	5,6 p.p
Endividamento (%)	60,5%	60,6%	(-5,6 p.p)
Solvabilidade (%)	65,2%	65,2%	10,1 p.p
Cobertura ativo não corrente	192,6%	162,6%	3,3 p.p
Liquidez geral	1,15	1,73	(0,58)
Liquidez Imediata	0,06	0,01	0,05
Liquidez Reduzida	1,09	1,64	(0,55)
Valor acrescentadobruto (VAB)	3 135 513	2 790 843	344 670,67

Os indicadores a 31 de dezembro de 2024, de uma forma geral, melhoraram em virtude do aumento da atividade da empresa em 2024.

A posição financeira da sociedade pode-se avaliar através da análise dos seguintes itens:

VZ
10.

ATIVO	31-DEZ-2024	Peso %	31-DEZ-2023	Peso %	Varição 2023-2022
Ativo não corrente	12 978 713,19	75,4%	12 590 924,00	73,5%	387 789,19
Ativo corrente	4 241 030,88	24,6%	4 535 175,10	26,5%	(294 144,22)
Total Ativo	17 219 744,07	100,0%	17 126 099,10	100,0%	93 644,97

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital Próprio	6 796 228,40	39,5%	6 756 200,03	39,4%	40 028,37
Passivo não corrente	6 737 621,61	39,1%	7 743 707,30	45,2%	(1 006 085,69)
Passivo corrente	3 685 894,06	21,4%	2 626 191,78	15,3%	1 059 702,28
Total Capital Próprio e Passivo	17 219 744,07	100,0%	17 126 099,11	100,0%	93 644,96

O aumento verificado no ativo não corrente resulta do facto do investimento efetuado pela empresa ter sido superior às depreciações registadas no ano. Sendo de destacar, a obra em curso, referente à execução do projeto geotérmico no valor de 501.423,93€.

Relativamente ao ativo corrente, destaca-se:

- a variação da rubrica de outros créditos a receber, que registou uma diminuição de 635.744,71€, resultante do recebimento de várias parcelas dos subsídios aprovados, recebimento da alienação do imóvel "Gerós" e devido à redução no reconhecimento da compensação financeira para equilíbrio de resultados, nos termos do nº2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, sendo em 2024 o valor de 234.177,80€ (2023: 278.562,17€);

- a variação da rubrica de caixa e depósitos bancários, que registou um aumento de 345.907,96€.

No que respeita ao capital próprio, o aumento verificado decorre do resultado líquido do período positivo, no valor de 55.400,11€, resultante da contabilização do crédito fiscal SIFIDE.

A redução do passivo não corrente resulta da normal amortização de capital nos financiamentos obtidos. Finalmente, o aumento do passivo corrente, resulta principalmente do aumento do financiamento de curto prazo e do aumento da dívida a fornecedores.

Indicadores de Gestão	2024	2023	Δ Absoluta	Δ em % face a 2023
Ativo Fixo Tangível (AFT)	12 772 883,77	12 511 971,75	260 912,02	2,1 %
Capital próprio	6 796 228,40	6 756 200,03	40 028,37	0,6 %
Capitais Permanentes	13 533 850,01	14 499 907,33	(966 057,32)	(6,7 %)
Equilíbrio dos capitais permanentes ((AFT+PI)/Cap. perm)	0,94	0,86	0,08	9,4 %
Fluxos de caixa operacionais	847 083,52	674 204,39	172 879,13	25,6 %
Margem de Lucro	95,6%	95,9%	(0,28)	(0,3 %)



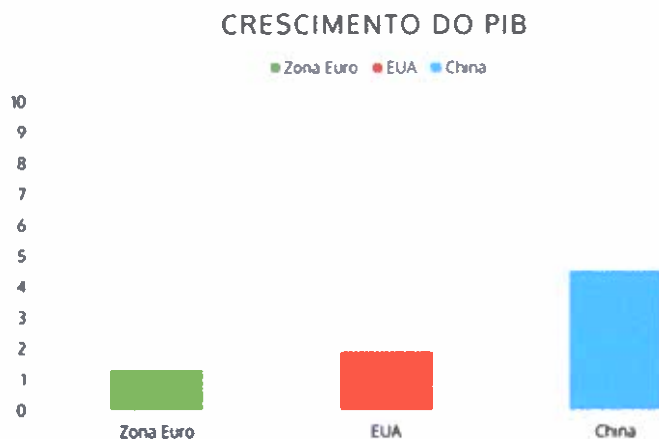
VEL
A
D.



10 - Expectativas Futuras

10.1 - Cenário Macroeconómico

O FMI estima um crescimento de 3,3% do PIB mundial em 2025 e 2026. Esta previsão representa um crescimento mais moderado do que anteriormente antecipado. Esta moderação é em grande parte justificada pelo crescimento inferior ao previsto das economias da China, Índia e Europa.



Relativamente à inflação é esperada uma taxa de 4,2% em 2025 e de 3,5% em 2026. Esta descida é potenciada pela estabilização do crescimento dos salários e pela descida dos preços dos produtos básicos. No entanto, o FMI deixa dois alertas. Em primeiro lugar, a pressão inflacionária sobre os serviços deve manter-se alta, em países como os Estados Unidos a taxa de inflação deste setor deverá continuar superior a valores pré-pandemia. Em segundo lugar, algumas regiões do globo têm demonstrado dificuldades em controlar as suas taxas de inflação. De forma generalizada os governos devem abrandar o processo de relaxamento das medidas de contenção financeira.

É importante referir que os indicadores mencionados acima, PIB e inflação, estão bastante alavancados no comportamento futuro da economia americana. Um dos maiores riscos do ponto de vista económico para o próximo ano é que as medidas socioeconómicas que Donald Trump venha a implementar, nomeadamente na área da imigração, impactem diretamente o mercado da mão de obra, venham a inverter as previsões acima mencionadas. Uma realocação em grande escala de

imigrantes, que compõem uma parte significativa do mercado de mão de obra em setores como restauração, indústria, entre outros, pode pôr em causa o potencial produtivo da economia dos EUA.

O desemprego deverá manter-se baixo com a ILO a apontar para uma taxa de 5% em 2025 e 4,9% em 2026. Estes valores são os mais baixos registados pela organização desde 1991. No entanto a ILO alerta que os jovens devem continuar a ser mais afetados com a taxa de desemprego nesta camada a ficar nos 12,6% em 2025.

Do ponto de vista político e ambiental, 2025 promete ser um ano instável. A chegada ao poder de Donald Trump abre a porta a uma mudança radical de posições dos EUA relativamente a matérias de política interna e externa.

Com o novo presidente a declarar uma vontade de terminar os conflitos armados da Rússia e Ucrânia e da Palestina e Israel o mais rapidamente possível, o mundo espera um abandono total dos apoios por parte dos EUA a um dos lados em cada um dos conflitos. Adicionalmente, as promessas de Donald Trump sobre imigração e tarifas colocam uma pressão sobre as relações do país com os seus vizinhos e aliados.

Por fim, as promessas do novo líder dos EUA de retirada de todos os pactos ambientais, colocam em causa as metas de controlo de alterações climáticas com muitos especialistas a duvidar que os danos causados por uma América sem regulação, durante quatro anos, possam ser revertidos.

O mundo deve esperar mais catástrofes naturais de cada vez maior intensidade e frequência, causando mais danos materiais e humanos.

EUROPA

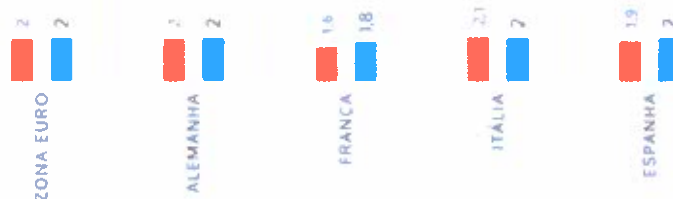
É esperado que o crescimento da zona euro acelere, atingindo os 1,3% em 2025 e 1,5% em 2026. Este crescimento é suportado pelo melhorar das condições financeiras e pela moderação do setor das energias e bens de consumo.

Relativamente à inflação, a OCDE espera que a tendência de redução da inflação continue, com a taxa a cair para os 2,1% em 2025 e 1,9% em 2025. O maior risco associado a estas previsões está na volatilidade dos preços associados ao setor da energia e na pressão elevada que continua a fazer-se sentir sobre os preços do setor dos serviços.

Handwritten signature or initials.

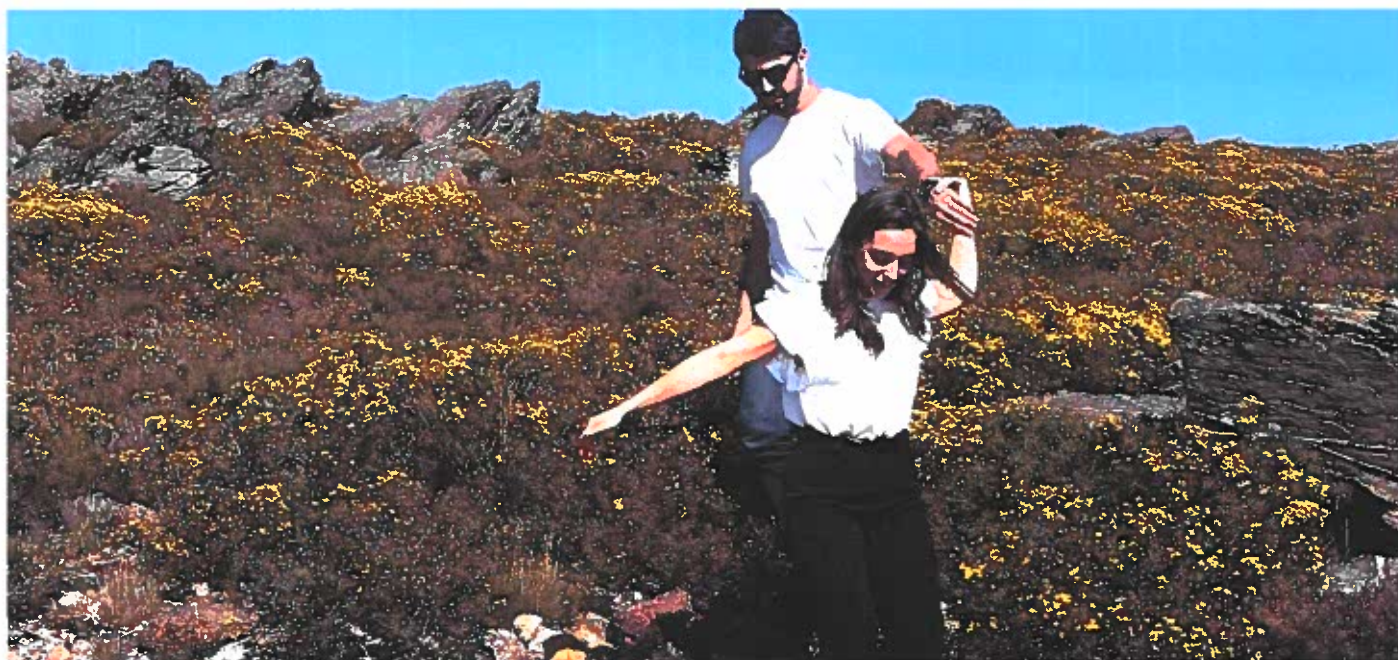
PREÇOS NO CONSUMIDOR

■ 2025 ■ 2029



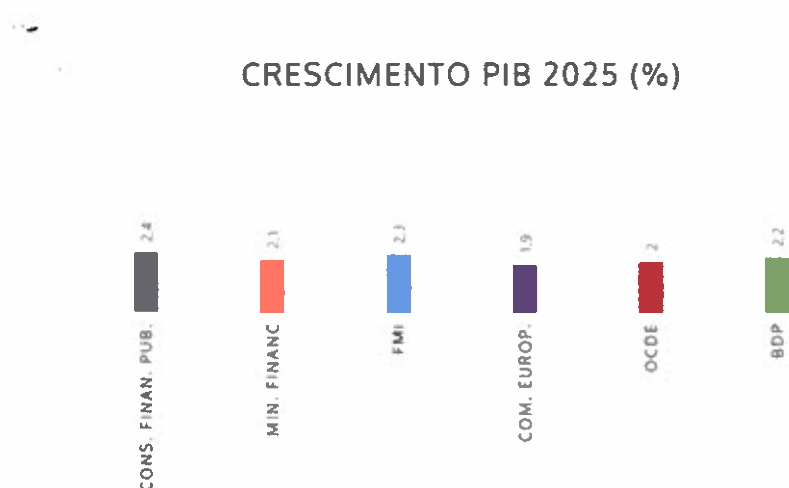
O FMI espera que o consumo privado da Zona Euro cresça 1,3% em 2025. Embora seja um crescimento relativamente baixo, representa um aumento face ao registado em 2024, um ano que desapontou os especialistas. No ano findo registou-se um nível de poupanças superior ao registado no período pré-pandemia. À medida que as medidas financeiras restritivas foram sendo levantadas, nomeadamente no que toca às taxas de juro que baixaram significativamente ao longo do ano, as pessoas acumularam poupanças ao invés de aumentar o consumo. Para 2025 é esperado que este nível de poupança baixe à medida que os consumidores ganham confiança nas economias nacionais. O consumo público deve abrandar, crescendo apenas 0,9% em 2025.

Para o mercado do trabalho é esperado uma estabilização. As taxas de desemprego deverão ser 6,4% em 2025, 6,4% em 2026 e 6,3% em 2027. Embora o mercado do trabalho apresente uma grande robustez, as previsões de crescimento económico baixo levam os especialistas a prever que não haja uma grande expansão do mercado da mão de obra.



10.2 - Cenário Interno

Apresentam-se de seguida as principais projeções de crescimento do PIB para 2025.



Como é possível observar no gráfico acima, as projeções de crescimento para o próximo ano variam entre os 1,9% e os 2,4%. Para 2026 as projeções variam entre os 2,0% e os 2,2%. No longo prazo, o FMI prevê uma taxa de crescimento de 1,9% em 2029. Este crescimento futuro deverá ser impulsionado pelo gasto dos fundos do PRR e pelo aumento esperado dos salários nos próximos anos.

As exportações, segundo dados do Banco de Portugal, devem crescer 3,2%, depois de terem crescido entre 3,9% e 4,2% em 2024. As importações deverão desacelerar, crescendo 4,7%, depois de terem crescido entre 5,2% e 5,6% em 2024.

Um dos fatores que mais abona a favor do futuro da economia portuguesa é o controlo da inflação. A OCDE, que tinha das estimativas mais pessimistas para este indicador, colocando a inflação nos 8,1% em 2022 e 5,3% em 2023, aponta 2024 como o ano em que a taxa foi oficialmente controlada e estima valores na casa dos 2,2% para 2025 e 2,1% em 2026. Observando-se esta trajetória, Portugal atingirá o rácio ideal de estabilidade de 2% mais cedo do que antecipado. Esta descida continua a ser suportada pela estabilização dos preços da energia e da alimentação. Adicionalmente, a pressão sobre os preços do setor dos serviços também tem vindo a baixar.

Relativamente ao consumo privado, o Banco de Portugal e a OCDE preveem um crescimento de 2,7% em 2025, e de 1,9% a 2% para 2026. Este crescimento está alinhado com o abrandar da inflação

e com a projeção de aumento de salários que contribuem para a recuperação das poupanças das famílias.

No consumo público as projeções são menos claras, o Banco de Portugal projeta um crescimento de 1,1% em 2025 e 0,8% em 2026 o que representaria um abrandar do crescimento deste indicador, por oposição a OCDE projeta um crescimento de 1,2% em 2025 e 1,6%, o que representa um acelerar do mesmo. Não obstante a diferença na previsão do comportamento do indicador, ambas as entidades apontam para um crescimento semelhante em 2025.

O Banco de Portugal prevê poucas mexidas para a taxa de desemprego, colocando o valor previsto para 2025 nos 6,3% e para 2026 nos 6,2%. Desta forma, esta taxa deverá manter-se historicamente baixa. Tal deve acontecer porque a política orçamental do novo governo tem tido linhas de maior investimento na atividade económica, o que deverá fomentar a atividade. Adicionalmente, projeta-se um aumento dos salários reais.

Mesmo com o aumento dos gastos por parte do governo e alguns cortes nas fontes de rendimento, a OCDE estima que o rácio de dívida pública de Portugal continue a cair, atingindo os 89,3% do PIB em 2026.

10.3 - Evolução Previsível da Sociedade

A Termalístur como empresa responsável pela gestão e exploração das Termas de S. Pedro do Sul tem como desafio permanecer na linha da frente na prestação de serviços termais de excelência e da máxima qualidade.

Em 2025, o Estado através do Serviço Nacional de Saúde, continuará a sua aposta nas comparticipações aos utentes que realizem tratamentos nos estabelecimentos termais, uma vez que em 2023 foi aprovada a comparticipação de forma definitiva.

O projeto financiado “Promoção da utilização da energia geotérmica”, ficará concluído em 2025 e permitirá alargar a pequena rede de distribuição de geotermia para outros utilizadores ligados ao turismo termal de S. Pedro do Sul de forma a tirar o melhor proveito deste recurso endógeno de forma sustentável e aumentará a receita com a venda da energia geotérmica.

VC
H
Q.

Em 2025, serão lançados novos produtos de dermocosmética AQVA direcionados para a pele atópica resultante do projeto AqvATOPIC e para a linha anti-idade.



9. ✓ ✓ ✓

11 - Os Objetivos e as Políticas da Sociedade em Matéria de Gestão dos Riscos Financeiros

a) RISCO DE CRÉDITO

i) Créditos sobre Clientes

O risco de crédito, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a Empresa:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus Clientes, monitorizando a exposição efetiva;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável.

b) RISCOS DE MERCADO

i) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes cash-flows de pagamento de juros, a Empresa encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro. No entanto, o seu maior financiamento foi contratado a uma taxa de juro de 5,56% e atualmente estamos a pagar juros à taxa de 4,625%. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Empresa.

Como regra geral a Empresa não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

c) RISCO DE LIQUIDEZ

Handwritten signature and initials.

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a Empresa possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash-flows ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais;
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez.



12 - Divulgações exigidas por diplomas legais

- A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado nem à Segurança Social, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.
- Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o ano de 2024, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2024.
- Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.
- A Empresa não dispõe de sucursais.



13 - Outras Informações

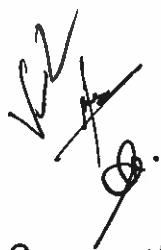
Em 2014, durante os meses de fevereiro a outubro, a Empresa foi objeto de uma ação inspetiva pela Direção de Finanças de Viseu, a qual incidiu sobre os exercícios económicos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 em sede de IVA, e sobre os exercícios económicos de 2011, 2012 e 2013 em sede de IRC, tendo sido notificada do Relatório de Inspeção Tributária em 26/11/2014.

De acordo com os serviços de inspeção tributária a Empresa não pode beneficiar nos tratamentos termais da isenção prevista na alínea 1 e na alínea 2 do Art.º 9º do CIVA, constituindo as mesmas prestações de serviços sujeitas a IVA.

Sucede que, de acordo com a informação nº2141, do SIVA, desp. de 86.11.04, a prestação de serviços termais está isenta de IVA, bem como as prestações que constituem o prolongamento direto dos cuidados médicos e sanitários prestados aos utentes, por inclusão no nº2 do artigo 9º do CIVA, devendo, no entanto, ficar fora do âmbito de isenção, as prestações de serviços efetuadas pela hotelaria, normalmente existente em tais estabelecimentos. Assim, tendo em consideração que o entendimento vigente na altura emanado nesta informação administrativa se mantém atual face à jurisprudência produzida desde então, que define o âmbito de aplicação da isenção, a prestação principal - prestação de tratamentos termais - é uma operação isenta. Sendo também de mencionar que este entendimento foi recentemente prestado pela própria Autoridade Tributária na informação vinculativa referente ao processo nº4328, por despacho de 2013-01-14.

A Empresa não concorda com os fundamentos apresentados e correções efetuadas pela Autoridade Tributária em, aproximadamente, 3.525.000 Euros, tendo apresentado Reclamações Graciosas, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento das Reclamações Graciosas, Pedidos de revisão oficiosa, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento dos Pedidos de revisão oficiosa, em sede de IVA e IRC, para cada um dos anos.

A 18/11/2015 de acordo com o disposto na al. d), do n.º 1, do Art.º 102º, do CPPT e Art.º 97º do CIVA, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IVA e de Juros



Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em falta por “correções técnicas”, vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

A 24/03/2016 de acordo com o disposto no nº2 do Artº 76, Artº 99 e al. E), do nº1, do Artº102 do CPPT e Artº 137 do CIRC, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IRC e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012 e 2013, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em falta por “correções técnicas”, vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

No dia 14 de novembro de 2016 foi emitido o ofício-circulado nº30184 que versa sobre o assunto “IVA-Atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos termais”. Atenta à pertinência desse ofício para a decisão do objeto dos autos, a Termalistur requereu a junção do mesmo aos autos, no entanto a Autoridade Tributária manteve a sua posição.

Para obter a suspensão da execução fiscal, e na impossibilidade de apresentar outras formas de garantia, a Termalistur aceitou dar como garantia sob a forma de penhor o trespasse do estabelecimento comercial com todos os seus pertences.

Em 28 de fevereiro de 2019, foi conhecida a sentença, do processo 887/15.2BEVIS, relativa da IVA de 2012, no valor de 763.416,71 Euros, que obteve o seguinte desfecho;

“julga-se a presente impugnação parcialmente procedente e, consequentemente,

a. Determina-se a anulação das Liquidações de IVA e juros compensatórios impugnadas respeitantes ao ano de 2012;

b. Absolve-se a Fazenda Publica do pedido de indemnização por garantia indevida e de condenação como litigante de má-fé.

ii) Condena-se nas custas do incidente de litigância de má-fé a impugnante, fixando-se estas em UC {cfr. Artº 527 do CPC aplicável a viarL 2. do CPPT, nfl 4 do ai-Lº 7Y e Tabela Anexa 11 cio RCP};

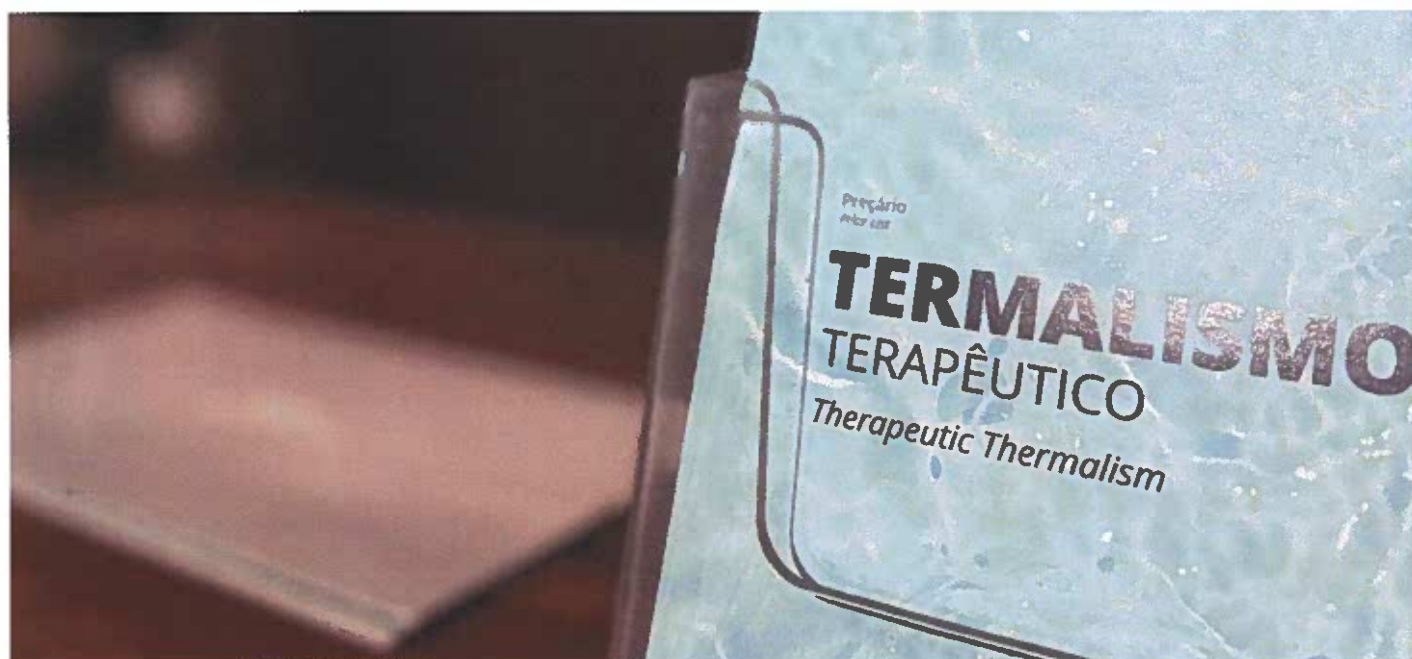
[Handwritten signature]

iii) Condenam-se nas custas dos presentes autos a impugnante e a Fazenda Publica, segundo o seu decaimento, respetivamente 5% e 95% [cfr. arL 527 do CPC aplicável ar v/arL 2. do CPPT, art. 6. e Tabela.

No ano de 2020 foram conhecidas as sentenças dos processos 888/15.0BEVIS, 886/15.4BEVIS e 886/15.6BEVIS, relativos aos valores o IVA de 2013, 2011 e 2010, respetivamente, onde consta a absolvição no pagamento das respetivas liquidações.

A Autoridade Tributária procedeu à apresentação do recurso das sentenças, e tendo em consideração da Mandatária judicial que está encarregue do processo, que considera a possibilidade de condenação da Entidade remota, a Administração considera possível não vir a ser penalizada com o pagamento dos impostos IVA/IRC e demais acréscimos legais, originados com as alterações efetuadas pela Autoridade Tributária neste e demais processos, com a mesma natureza, motivo pelo qual não procedeu à constituição de qualquer provisão. Presentemente, a entidade apresentou as contra-alegações do recurso apresentado pela Autoridade Tributária ao IVA de 2010.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da sociedade, entende que a Sociedade tem capacidade de prosseguir em continuidade, atendendo à sua capacidade diferenciadora face à concorrência e aos apoios que recebe do Município de S.P. Sul.



22.10.2012



14 - Proposta de Aplicação de Resultados



Nos termos da alínea c) do art. 9º dos Estatutos da Empresa e tendo-se apurado para o ano de 2024, um Resultado Líquido positivo no valor de 55.400,11 Euros, propõe-se que o resultado tenha a seguinte aplicação;

- Resultados transitados 55.400,11 Euros.

15 - Acontecimentos Subsequentes

15.1 - Autorização para a emissão

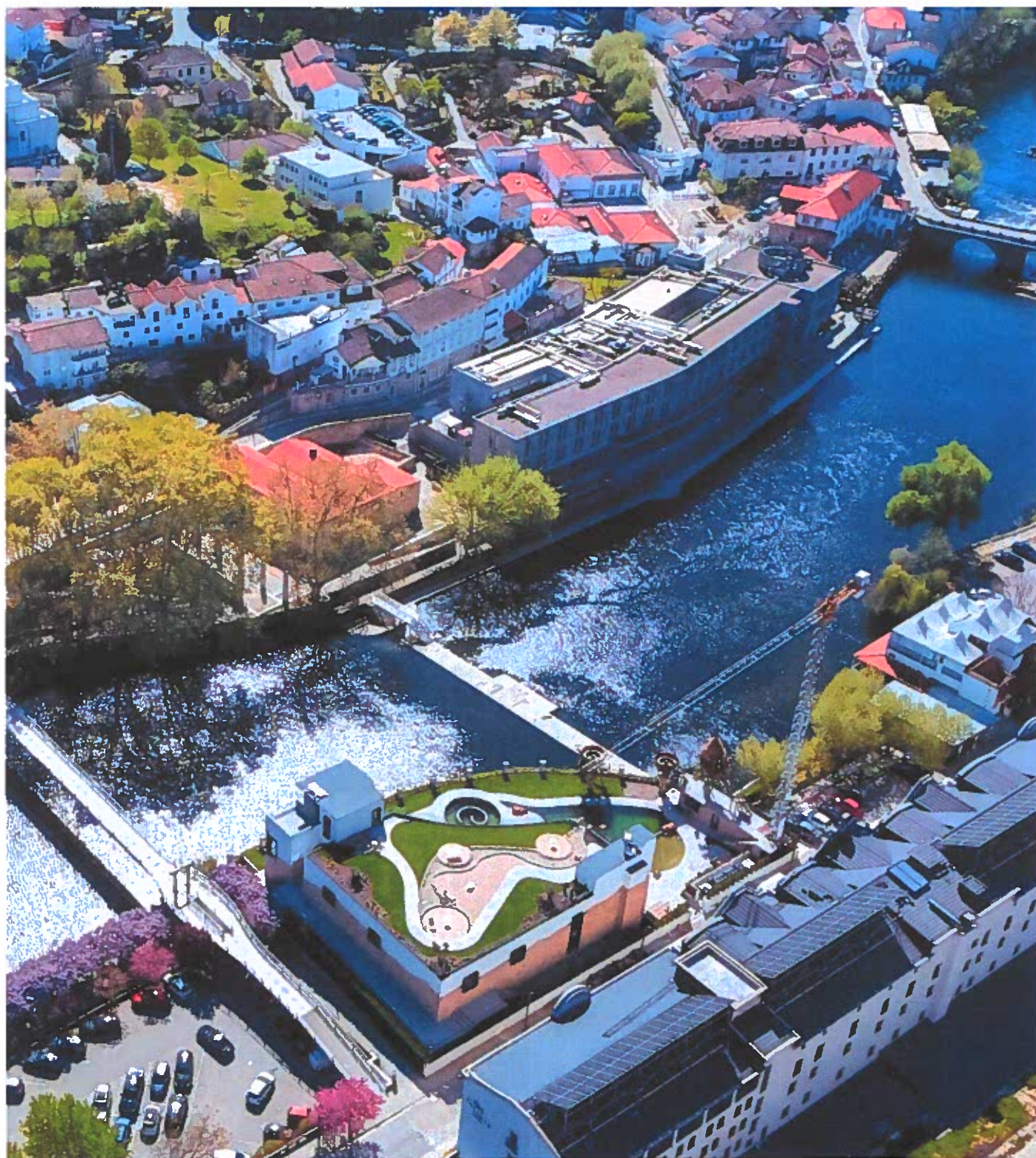
As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 10 de março de 2025. No entanto, os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

15.2 - Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, que necessitasse de ser ajustada das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Em relação às perspetivas futuras a Administração continua apreensiva quanto ao impacto negativo que poderá ocorrer na atividade de 2025, decorrente da Guerra na Ucrânia e no Médio Oriente, em que os maiores constrangimentos poderão decorrer do abrandamento económico ao nível europeu e mundial. Devido a este cenário de incerteza, ainda não é possível quantificar possíveis

consequências globais, mas a Entidade considera que tais impactos já não são materialmente relevantes para as demonstrações financeiras do ano de 2024, nem colocará em causa a continuidade das suas operações, nem os seus compromissos financeiros assumidos, nos próximos 12 meses de 2025.



16 - Considerações Finais

O Conselho de Administração gostaria de expressar o seu agradecimento a todos os que, de uma forma direta ou indireta, colaboram na prossecução dos objetivos da Empresa, nomeadamente:

- Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul e sua equipa;
- Ao Fiscal Único e à sua equipa;
- Aos nossos aquistas, que continuam a revelar plena confiança nos serviços prestados;
- Aos fornecedores, pelo esforço evidenciado na pronta satisfação das necessidades da

Empresa.

- Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Termalístur.

Apresentam-se, de seguida as demonstrações financeiras individuais relativas ao ano findo, em 31 de dezembro de 2024, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações do capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o respetivo Anexo.

Termas de S. Pedro do Sul, 10 de março de 2025

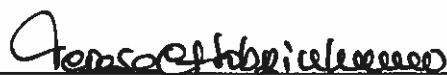
O Conselho de Administração



(Dr. Vitor Jorge Paiva Leal – Presidente do Conselho de Administração)



(Dr. Fernando Varando Aido - Vogal)



(Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho - Vogal)

17 - Anexo ao Relatório

Publicidade de participações dos Membros de Órgão de Administração – Art.º 447º do Código da Sociedade Comerciais

1.1 Ações Termalistur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. detidas e/ou transacionadas diretamente pelos membros dos órgãos sociais da Sociedade;

1.1.1 Os membros dos órgãos sociais não detinham nem transacionaram qualquer título representativo do capital social da Sociedade no ano de 2024.

1.2 Ações Termalistur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. detidas e/ou transacionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de administração;

1.2.1 Não existem ações detidas ou transacionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos de gestão sociais da sociedade exerçam funções de administração.

Termas de S. Pedro do Sul, 10 de março de 2025

O Conselho de Administração



(Dr. Vitor Jorge Paiva Leal – Presidente do Conselho de Administração)

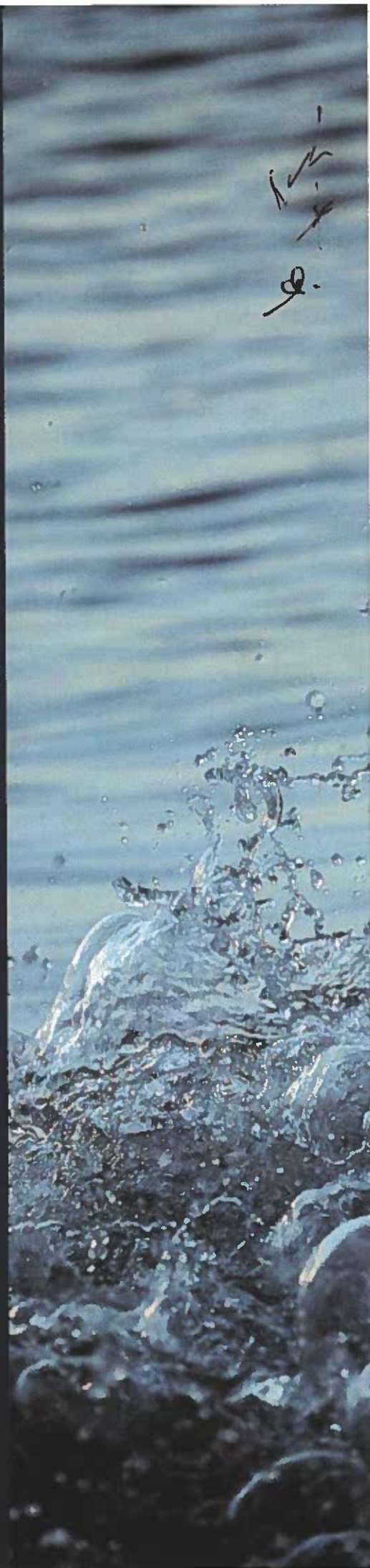


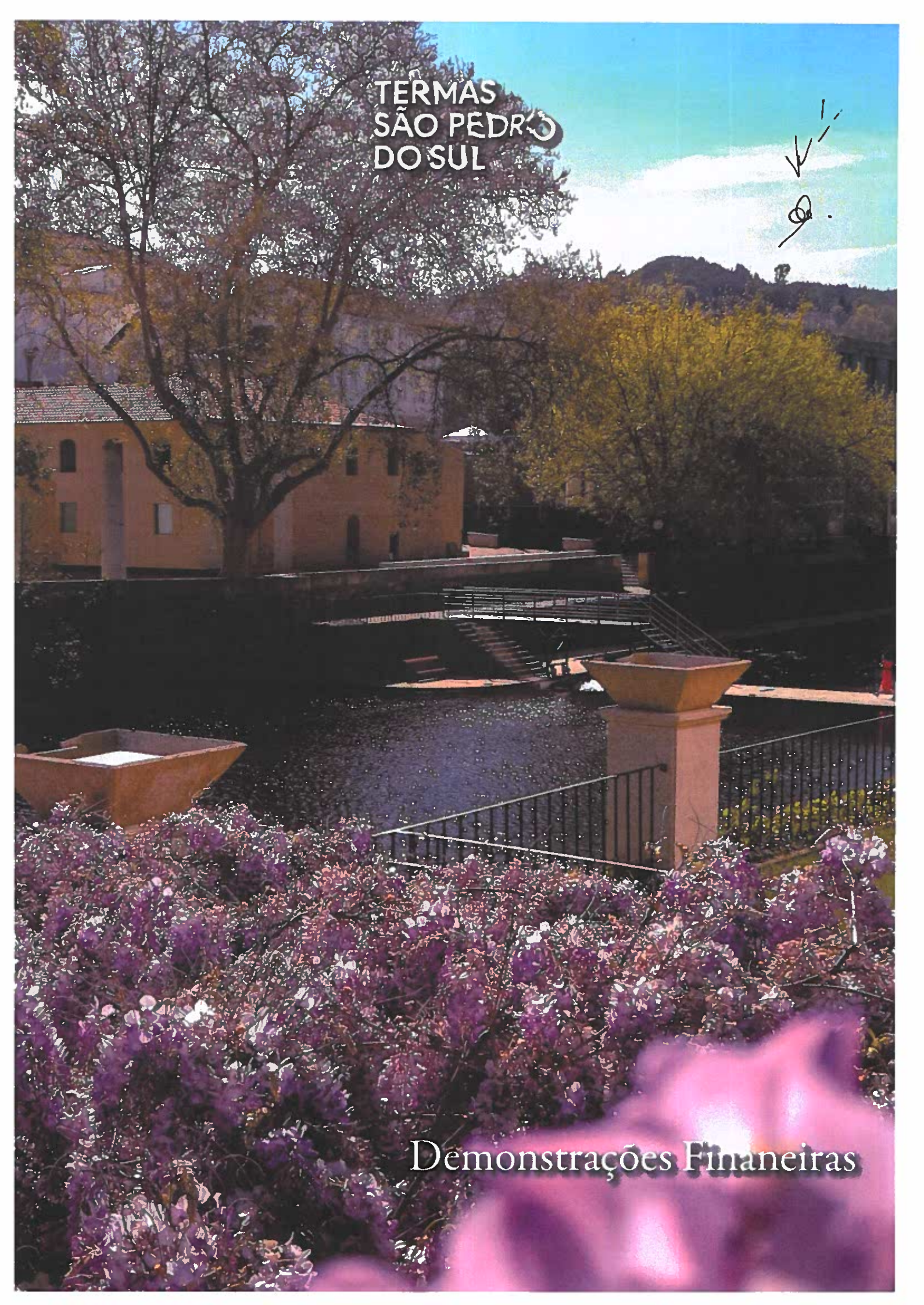
(Dr. Fernando Varando Aido - Vogal)



(Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho - Vogal)

TERMAS
SÃO PEDRO
DO SUL





TERMAS
SÃO PEDRO
DO SUL

Demonstrações Financeiras

Termalistur-Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A.

Demonstrações Financeiras

para o ano findo em 31 de dezembro de 2024

9. ÍNDICE

Balanço em 31 de dezembro de 2024	4
Demonstração das Alterações no Capital Próprio no ano findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023	7
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.....	8
1. Identificação da entidade	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	8
2.1 Referencial contabilístico.....	8
2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas	9
2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	9
3. Principais políticas contabilísticas	9
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	9
a) Ativos intangíveis	9
3.2 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:	20
3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro	21
3.4 Principais fontes de incerteza	21
4. Fluxos de caixa.....	21
4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:	21
5. Ativos Intangíveis.....	21
5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis.....	21
6. Ativos fixos tangíveis	23
6.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:	23
6.2. Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos durante o período, e depreciações acumuladas no final do ano;	26
7. Locações	26
7.1. Locações financeiras - locatários:.....	26
8. Outros investimentos financeiros	27
9. Inventários	27
9.1 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas	27
10. Réditos	28
10.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:	28
10.2 Vendas e prestações de serviços por mercado:	28

[Handwritten signature and initials]

11.	Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo	29
11.1.	Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo	29
12.	Acontecimentos após a data do balanço	29
12.1.	Autorização para a emissão	29
12.2.	Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço	29
13.	Impostos sobre o rendimento	30
13.1.	Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos	30
13.2.	Relacionamento entre gasto / rendimento de imposto e lucro contabilístico.	30
13.3.	Explicitação de alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior	31
14.	Instrumentos financeiros	31
14.1.	Ativos e passivos financeiros	31
14.2.	Total de rendimento e gasto de juros para ativos e passivos financeiros	39
14.3.	Montante de capital social	40
14.4.	Ações representativas do capital social	40
14.5.	Variação do número de ações em circulação durante o período	40
14.6.	Reserva Legal	40
14.7.	Outras Reservas	40
14.8.	Resultados transitados	40
14.9.	Outras variações do capital próprio	40
15.	Benefícios dos empregados	41
16.	Divulgações exigidas por diplomas legais	43
17.	Outras informações	43
17.1.	Estado e outros entes públicos	43
17.2.	Fornecimentos e serviços externos	44
17.3.	Outros rendimentos	45
17.4.	Outros gastos	47
17.5.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	47

Balanço em 31 de dezembro de 2024

Valores em cêntimos de Euros

RUBRICAS	Notas	31.dez.24	31.dez.23
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	12 772 883,77	12 511 971,75
Ativos intangíveis	5	128 074,07	60 014,35
Outros investimentos financeiros	8	14 391,68	14 391,68
Ativos por impostos diferidos	13	63 363,67	4 546,22
		12 978 713,19	12 590 924,00
Ativo corrente			
Inventários	9	208 488,02	222 575,01
Clientes	14.1.1.1.	76 405,66	79 545,96
Estado e outros entes públicos	17	15 683,91	3 576,74
Outros créditos a receber	14.1.1.2	3 518 935,41	4 154 680,12
Diferimentos	14.1.1.3	6 963,42	6 150,77
Caixa e depósitos bancários	4.1	414 554,46	68 646,50
		4 241 030,88	4 535 175,10
Total do Ativo		17 219 744,07	17 126 099,10
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14.3	4 559 379,00	4 559 379,00
Reservas legais	14.6	28 602,45	28 602,45
Outras reservas	14.7	4 248,48	4 248,48
Resultados transitados	14.8	-1 468 811,68	-1 441 876,21
Outras variações no capital próprio	14.9	3 617 410,04	3 632 781,78
Resultado líquido do período	DR	55 400,11	-26 935,47
Total do Capital Próprio		6 796 228,40	6 756 200,03
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7/14.1.2.1	5 687 405,93	6 689 028,72
Outras dívidas a pagar	14.1.2.4	1 050 215,68	1 054 678,58
		6 737 621,61	7 743 707,30
Passivo corrente			
Fornecedores	14.1.2.2	201 950,50	145 051,75
Estado e outros entes públicos	17	201 263,07	164 566,32
Financiamentos obtidos	14.1.2.1	2 428 394,53	1 526 128,25
Outras dívidas a pagar	14.1.2.3	332 596,00	321 822,33
Diferimentos	14.1.2.5	521 689,96	468 623,12
		3 685 894,06	2 626 191,77
Total do Passivo		10 423 515,67	10 369 899,07
Total do capital Próprio e do Passivo		17 219 744,07	17 126 099,10

A Contabilista Certificada

Carla Sofia dos Santos Pereira

O Conselho de Administração

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Demonstração dos Resultados por naturezas do ano findo em 31 de dezembro de 2024

Valores em cêntimos de euro

Rúbricas dos rendimentos e gastos	Nota	31.dez.24	31.dez.23
Vendas e Prestações de Serviços:	10.1	4 289 455,18	3 923 168,75
Subsídios à exploração	11.1	121 959,32	70 053,89
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-186 694,78	-159 615,24
Fornecimentos e serviços externos	17.2	-1 092 662,73	-1 076 822,56
Gastos com o pessoal	15	-2 558 978,01	-2 479 898,26
Outros rendimentos	17.3	311 925,40	573 245,39
Outros gastos	17.4	-60 759,81	-68 034,48
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		824 244,57	782 097,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	-368 679,93	-361 250,11
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		455 564,64	420 847,38
Juros e gastos similares suportados	14.2	-455 564,64	-420 847,38
Resultado antes de impostos		0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	13	55 400,11	-26 935,47
Resultado líquido do período		55 400,11	-26 935,47

A Contabilista Certificada

Luísa Sofia dos Santos Lemos

O Conselho de Administração

[Assinaturas]
João Afonso

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024

Valores em centimos de euro

Rubricas	2024	2023
<u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u>		
Recebimentos de clientes	4 507 509,01	4 163 564,27
Pagamentos a fornecedores	-1 191 474,02	-1 149 524,45
Pagamentos ao pessoal	-2 434 685,80	-2 407 036,23
Caixa gerada pelas operações	881 349,19	607 003,59
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-15 963,71	-4 484,73
Outros recebimentos/pagamentos	-18 301,96	71 685,53
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	847 083,52	674 204,39
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-648 014,53	-447 362,22
Ativos intangíveis		-44 734,76
Investimentos financeiros		-1 471,70
Outros ativos		
	-648 014,53	-493 568,68
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	405 000,00	200 000,00
Investimentos financeiros		5 118,35
Subsídios ao investimento	299 492,03	880 150,20
	704 492,03	1 085 268,55
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)	56 477,50	591 699,87
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	1 541 600,99	1 210 904,58
	1 541 600,99	1 210 904,58
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-1 640 957,50	-2 017 692,48
Juros e gastos similares	-458 296,55	-414 651,43
	-2 099 254,05	-2 432 343,91
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	-557 653,06	-1 221 439,33
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	345 907,96	44 464,93
Caixa e seus equivalentes no início do período	68 646,50	24 181,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período	414 554,46	68 646,50

A Contabilista Certificada

Dafe Sofia dos Santos Albuquerque

O Conselho de Administração

[Assinaturas do Conselho de Administração]

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no ano findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em centimos de euro

Demonstração das alterações no Capital Próprio - Ano 2024

		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio Subsídios	Outras variações no capital próprio PID	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do Período	1	4 559 379,00	28 602,45	4 248,48	-1 441 876,21	4 687 460,36	-1 054 678,58	-26 935,47	6 756 200,03
Alterações no período:									
Imputação de subsídios						-19 834,64	4 462,90		-15 371,74
Ajustamento por impostos diferidos									
Aplicação de resultados					-26 935,47			26 935,47	
	2				-26 935,47	-19 834,64	4 462,90	26 935,47	-15 371,74
Resultado Líquido do Período	3							55 400,11	55 400,11
Resultado Integral									40 028,37
Posição no fim do ano 2022	4 = 1 + 2 + 3	4 559 379,00	28 602,45	4 248,48	-1 468 811,68	4 667 625,72	-1 050 215,68	55 400,11	6 796 228,40

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Ano 2023

	Notas	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio Subsídios	Outras variações no capital próprio PID	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do Período 2023	1	4 559 379,00	28 602,45	4 248,48	-1 461 511,06	1 227 728,86	-276 239,10	22 654,85	4 101 843,48
Alterações no período:									
Reconhecimento Subsídio									
Imputação de subsídios						-11 774,36	2 649,34		-9 125,02
Ajustamento por impostos diferidos						3 471 505,86	-781 088,82		2 690 417,04
Aplicação de resultados					22 654,85			-22 654,85	
	2				22 654,85	3 459 731,50	-778 439,48	-22 654,85	2 681 292,02
Resultado Líquido do Período	3							-26 935,47	-26 935,47
Resultado Integral									2 654 356,55
Posição no fim do ano 2021	4 = 1 + 2 + 3	4 559 379,00	28 602,45	4 248,48	-1 441 876,21	4 687 460,36	-1 051 678,58	-26 935,47	6 756 200,03

A Contabilista Certificada

Carla Sofia do Santos Santos

O Conselho de Administração

[Assinaturas]

ANEXO

1. Identificação da entidade

A Termalistur-Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. (doravante designada por Termalistur ou Empresa), é uma sociedade Anónima, com sede na Praça Dr. António José de Almeida, Várzea S. Pedro do Sul, constituída em 8 de janeiro de 2004, como Empresa Municipal, foi transformada em S.A. durante o ano de 2013, e tem como atividade principal a gestão e exploração de equipamentos termais. A Empresa é detida a 100% pelo Município de S. Pedro do Sul.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC/NCRF), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/2015 de 2 junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC/NCRF), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo,

utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em cêntimo de Euros.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

(ver nota 3.4)

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil definida, que compreendem essencialmente projetos de desenvolvimento e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo de custo).

Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta de uma forma consistente e por duodécimos, durante um período que varia entre 3 e 10 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

A Empresa efetua para todos os seus ativos intangíveis com vida útil indefinida, testes de imparidade sempre que existam indícios de forma a comparar a sua quantia recuperável com a



quantia escriturada. A Empresa revê anualmente a vida útil estimada dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, de forma a verificar se os acontecimentos e circunstâncias que apoiam numa avaliação de vida útil indefinida para esse ativo se mantêm. Um ativo intangível com uma vida útil indefinida deve ser amortizado num período máximo de 10 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os dispêndios com desenvolvimento para os quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios referidos são registados como gastos do período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o valor residual não se alterar.

As depreciações que integram os ativos fixos tangíveis, iniciam-se quando os bens que lhe estão afetos estão disponíveis para uso, numa base de duodécimos.

A vida útil média estimada para cada classe dos ativos fixos tangíveis é a seguinte:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	8 - 50
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento que estejam prontos para a utilização.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

A Empresa revê anualmente o período de vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando exista.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

c) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "*Financiamentos obtidos*", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de contrato da locação.

d) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, sendo que a forma de custeio utilizada é o custo médio. Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

Em conformidade com a legislação aplicável, a empresa utiliza o sistema de inventário permanente.

e) Instrumentos financeiros

i. Dívidas de terceiros

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva (ou ao seu custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado) menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outros créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii. Financiamentos e gastos com financiamentos

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um “ativo que se qualifica” (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.



Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros calculados com base na utilização do método do juro efetivo, tal como descrito na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a NCRF 9 - Locações.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir “ativos que se qualificam”:

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis;
- Ativos intangíveis;
- Propriedades de investimento.

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

iii. Dívidas a terceiros

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva ou ao custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado.

iv. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;

- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

f) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos



porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

g) Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

h) Subsídios do Governo

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. Conforme referido na FAQ n.º 13 da Comissão de Normalização Contabilística, revista em 15/04/2013, não existe qualquer diferença temporária tributável no caso da contabilização em capitais próprios de subsídios não reembolsáveis, mas existe lugar à contabilização de uma obrigação (um passivo), isto é, um crédito na rubrica "Outras dividas a pagar – não corrente" e um débito na rubrica "Outras variações em capitais próprios". Em função do reconhecimento do subsídio ao rendimento, esta obrigação reverte por contrapartida da rubrica "Outras dividas a pagar – não corrente"

No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

i) Imposto sobre o rendimento do período



Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2021 a 2024 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010, de quatro anos nos períodos de 2010 e 2011, de cinco anos para os períodos de 2012 e 2013, e doze anos para os períodos posteriores, sendo possível a sua dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa 21%, acrescida de 1,5% a título de derrama. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 32,5%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

j) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, as férias e subsídio de férias do ano de 2024 a que os trabalhadores têm direito em função do trabalho realizado nesse ano, devem ser liquidadas a partir de 1 de janeiro de 2025, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo no ano de 2024.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

k) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (*"acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"*) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (*"acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"*), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos anos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- Previsão para férias e subsídio de férias;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.4 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras Empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

	2024	2023
Caixa		
Depósitos à ordem	414 554,46	68 646,50
	414 554,46	68 646,50

5. Ativos Intangíveis

5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos Intangíveis-Outros	Vida útil	Taxa de Amortização
Projetos de desenvolvimento	3	33,33%
Propriedade industrial	3	33,33%
Programas de Computador	3	33,33%

b) Os elementos dos ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados pelo método da linha reta durante um período que varia entre 3 e 5 anos.

c) Os ativos intangíveis e o valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração dos resultados apresentam a seguinte decomposição por classe:

	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Quantia escriturada bruta	Amort. Acum. Perdas imp.	Valor Líquido	Quantia escriturada bruta	Amort. Acum. Perdas imp.	Valor Líquido
Ativos intangíveis-Outros						
Projectos de desenvolvimento	124 526,90	86 223,92	38 302,98	124 526,90	77 154,90	47 372,00
Software	109 790,02	54 621,73	55 168,29	60 868,82	48 226,47	12 642,35
Propriedade industrial	627,30	627,30		627,30	627,30	
Ativos intangíveis-em curso	34 602,80		34 602,80			
Totais	269 547,02	141 472,95	128 074,07	186 023,02	126 008,67	60 014,35

d) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis do período de 2024 e 2023 são os que se seguem:

	31 de dezembro de 2024				
	Projectos de desenvolv.	Programas de computador	Propriedade industrial	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta					
Saldo em 01.01.2024	124 526,90	60 868,82	627,30		186 023,02
Adições		48 921,20		34 602,80	83 524,00
Abates					
Saldo em 31.12.2024	124 526,90	109 790,02	627,30	34 602,80	269 547,02
Amortizações acumuladas					
Saldo em 01.01.2024	-77 154,90	-48 226,47	-627,30		-126 008,67
Adições	-9 069,02	-6 395,26			-15 464,28
Saldo em 31.12.2024	-86 223,92	-54 621,73	-627,30		-141 472,95
Quantia escriturada	38 302,98	55 168,29		34 602,80	128 074,07
	31 de dezembro de 2023				
	Projectos de desenvolv.	Programas de computador	Propriedade industrial	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta					
Saldo em 01.01.2023	80 044,00	60 868,82	627,30	6 255,53	147 795,65
Adições	44 482,90				44 482,90
Abates				-6 255,53	-6 255,53
Saldo em 31.12.2023	124 526,90	60 868,82	627,30		186 023,02
Amortizações acumuladas					
Saldo em 01.01.2023	-73 697,03	-44 549,60	-627,30		-118 873,93
Adições	-3 457,87	-3 676,87			-7 134,74
Saldo em 31.12.2023	-77 154,90	-48 226,47	-627,30		-126 008,67
Quantia escriturada	47 372,00	12 642,35			60 014,35

O aumento da rubrica "Programas de computador" refere-se à aquisição da plataforma 360º, no âmbito do projeto "Capital Termal Inteligente".

Relativamente à rubrica "Investimentos em curso", o aumento refere-se à aquisição de serviços para realização de estudos de avaliação de misturas de óleos essenciais e da sua incorporação em formulações cosméticas base contendo água mineral natural da Termas de S. Pedro do Sul, no âmbito do projeto "Agenda acelerar e transformar o Turismo".

[Handwritten signature]

6. Ativos fixos tangíveis

6.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método de linha reta e por duodécimos. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usados:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	10 - 50	2% - 10%
Equipamento básico	8 - 50	2% - 12,5%
Equipamento administrativo	3 - 8	12,5% - 33.3%
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10	25% - 100%

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

31 de dezembro de 2024

	Terrenos e Rec. Naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta								
Saldo em 01.01.2024	4 000 977,93	11 574 764,45	3 313 144,12	18 643,29	187 497,09	322 599,29	1 045 698,88	20 463 325,05
Adições		27 994,00	12 884,03			78 524,57	501 423,93	620 826,53
Alienações			-41 582,75		-7 221,25	37 257,09	-6 698,85	-92 759,94
Saldo em 31.12.2024	4 000 977,93	11 602 758,45	3 284 445,40	18 643,29	180 275,84	363 866,77	1 540 423,96	20 991 391,64
Depreciações acumuladas								
Saldo em 01.01.2024		-4 472 197,61	-3 031 015,49	-2 136,21	-170 810,95	-275 193,04		-7 951 353,30
Adições		-294 617,59	-41 584,62	-2 330,41	-4 124,48	-10 558,55		-353 215,65
Alienações			41 582,74		7 221,25	37 257,09		86 061,08
Saldo em 31.12.2024		-4 766 815,20	-3 031 017,37	-4 466,62	-167 714,18	-248 494,50		-8 218 507,87
Quantia escriturada	4 000 977,93	6 835 943,25	253 428,03	14 176,67	12 561,66	115 372,27	1 540 423,96	12 772 883,77

31 de dezembro de 2023

	Terrenos e Rec. Naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipament o de transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta								
Saldo em 01.01.2023	4 000 977,93	12 142 136,63	3 376 486,36		209 278,75	360 712,61	896 199,28	20 985 791,56
Adições		12 584,48	5 091,37	18 643,29		24 834,97	165 070,68	226 224,79
Alienações		-579 956,66	-21 035,31		-2 643,78		-15 571,08	-619 206,83
Abates			-47 398,30		-19 137,88	-62 948,29		-129 484,47
Saldo em 31.12.2023	4 000 977,93	11 574 764,45	3 313 144,12	18 643,29	187 497,09	322 599,29	1 045 698,88	20 463 325,05
Depreciações acumuladas								
Saldo em 01.01.2023		-4 329 029,44	-3 047 392,11		-188 331,80	-331 059,59		-7 895 812,94
Adições		-295 498,56	-45 138,05	-2 136,21	-4 260,81	-7 081,74		-354 115,37
Alienações		152 330,39	14 116,37		2 643,78			169 090,54
Abates			47 398,30		19 137,88	62 948,29		129 484,47
Saldo em 31.12.2023		-4 472 197,61	-3 031 015,49	-2 136,21	-170 810,95	-275 193,04		-7 951 353,30
Quantia escriturada	4 000 977,93	7 102 566,84	282 128,63	16 507,08	16 686,14	47 406,25	1 045 698,88	12 511 971,75

Em 2024, foi efetuada a alienação de sucata, pelo valor de 183€, constituída por diversos equipamentos que se encontravam danificados, sem qualquer valor contabilístico.

As adições ao ativo fixo tangível em 2024 foram as seguintes:

- Na rubrica “edifícios e outras construções”: foram efetuadas algumas benfeitorias no Balneário D. Afonso Henriques, nomeadamente, impermeabilização nas cabines de Vichy no valor de 10.683,91€ e benfeitorias no bar dos funcionários no valor de 17.310,09€.
- Na rubrica “equipamento básico” foram efetuadas a aquisição de um equipamento para a fisioterapia, o Globus Physiolaser, no valor de 5.959,05€, de dois microprocessadores no valor de 3.244,54€ e um variador de velocidade no valor de 3.680,43€.
- Na rubrica “outros ativos fixos tangíveis” foram adquiridas placas de revestimento de nogueira no valor de 5.345,54€, pedra mármore para os balcões do balneário D. Afonso Henriques no valor de 2.989,39€, um depósito de 300 litros para o hipoclorito no valor de 1.992,64€, quatro muppi’s no valor de 51.546,24€, no âmbito do projeto “Capital Termal Inteligente”, guarda corpos da piscina do balneário D. Afonso Henriques no valor de 1.633,25€ e mobiliário diverso para o bar dos funcionários no valor de 15.017,51€.

-
- Na rubrica "obras em curso" foram registadas as obras, referentes ao projeto financiado pelo Fundo Ambiental "Promoção da utilização da Energia geotérmica das Termas de S. Pedro do Sul" no valor de 501.423,93 Euros.

A rubrica "Ativos fixos tangíveis" é composta, em cerca de 80%, por terrenos e imóveis. O Balneário D. Afonso Henriques foi adquirido ao Município de S. Pedro do Sul, pelo montante de 13.475.087 Euros, em março de 2008. Este imóvel encontra-se hipotecado a favor da Caixa Geral de Depósitos, instituição que financiou a sua aquisição global com as seguintes condições:

- Prazo: 20 anos (com 1 ano de carência de capital);
- Taxa de Juro: Euribor a 6 mês + *spread* de 1,2%.

O valor de aquisição do "Silo Auto" resulta de um aumento de capital social por entrada em espécie, ocorrido em março de 2008. Existe uma hipoteca sobre este imóvel a favor do Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro e Lafões, CRL como garantia do empréstimo da conta corrente caucionada, contraída no montante de 200.000 Euros e do empréstimo de médio e longo prazo no montante de 500.000 Euros.

De referir que, conforme divulgado na nota 17.5, existe um penhor a favor da Autoridade Tributária onde a Termalistur aceitou dar como garantia sob a forma de penhor o trespasse do estabelecimento comercial com todos os seus pertences.

O valor de aquisição da Carrinha Opel Combo, matrícula AX-84-DO, resulta de um contrato de locação financeira celebrado com a Caixa Geral de Depósitos em janeiro de 2023, com as seguintes condições de financiamento:

- Valor total do financiamento: 18.643,29€
- Nº de rendas mensais: 72;
- Valor residual: 20% do montante contratado;
- Taxa de Juro: Euribor a 12 meses + *spread* de 1,5%

A rubrica de "Equipamento básico" inclui bens de funcionamento da estrutura balnear, nomeadamente: postos de hidromassagem, postos de massagem subaquática, banheiras de hidromassagem, estufas de vapor à coluna, tribunas de duche de jato, duchas de efusão, emanatórios

coletivos, postos de aerossol sónico, postos de nebulização, postos de irrigação nasal, postos de pulverização, entre outros.

6.2. Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de um gasto de outros ativos durante o período, e depreciações acumuladas no final do ano

Descrição	Depreciações do ano		Depreciações acumuladas	
	2024	2023	2024	2023
Edifícios e outras construções	294 617,59	295 498,56	4 766 815,20	4 472 197,61
Equipamento básico	41 584,62	45 138,05	3 031 017,37	3 031 015,49
Equipamento de transporte	2 330,41	2 136,21	4 466,62	2 136,21
Equipamento administrativo	4 124,48	4 260,81	167 714,18	170 810,95
Outros activos fixos tangíveis	10 558,55	7 081,74	248 494,50	275 193,04
Totais	353 215,65	354 115,37	8 218 507,87	7 951 353,30

7. Locações

7.1. Locações financeiras - locatários:

a) Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo:

Bens adquiridos com recurso a locação financeira	2024			
	Valor contrato	Amortizações acumuladas	valor em dívida	Valor residual
Contrato 100144648	18 643,29	4 466,62	14 538,61	3 729,94
	18 643,29	4 466,62	14 538,61	3 729,94

O contrato de Leasing 100144648 financia a aquisição da Carrinha Opel Combo, matrícula AX-84-DO e o seu terminus será em fevereiro de 2029.

b) Reconciliação entre o valor total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço e o seu valor presente:

Conforme descrito na nota 14.1.2., o passivo corrente relativo a estes contratos representa 2.388,96 Euros e passivo não corrente a quantia de 12.149,65 Euros.

Plano de reembolso	2024		Total
	Capital	Juros	
1 a 2 anos	2 388,96	657,63	3 046,59
2 a 3 anos	2 396,79	580,77	2 977,56
3 a 3 anos	2 502,58	474,98	2 977,56
3 a 4 anos	2 613,08	364,48	2 977,56
4 a 5 anos	2 728,45	249,11	2 977,56
Mais de 5 anos	1 908,75	29,95	1 938,70
	14 538,61	2 356,92	16 895,53

[Handwritten signature]

8. Outros investimentos financeiros

O valor contabilizado na rubrica "Outros ativos financeiros" é relativo a entregas para o Fundo de Compensação do Trabalho.

9. Inventários

9.1 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

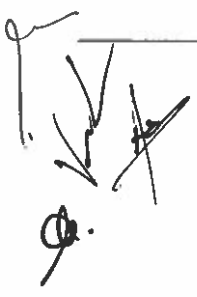
	31-dez-24	31-dez-23
Mercadorias	166 579,55	172 228,04
Mat.primas sub. e de consumo	41 908,47	50 346,97
	208 488,02	222 575,01

	2024		2023	
	Mercadorias	Mat.primas subs e de consumo	Mercadorias	Mat.primas subs e de consumo
Inventário inicial	172 228,04	50 346,97	131 281,59	55 349,26
Compras	88 421,14	85 944,59	105 217,77	93 281,73
Regularização Inventários	-4 980,08	3 222,14	-5 385,48	2 445,38
Inventário final	166 579,55	41 908,47	172 228,04	50 346,97
Custo Exist. vendas e Consumidas (1)	89 089,55	97 605,23	58 885,84	100 729,40

A rubrica "inventários de mercadorias" compreende artigos de merchandising, aparelhos para tratamentos e produtos de dermocosmética.

A rubrica "inventários de materiais diversos" compreende material para tratamentos, material de limpeza, fardamento e turcos.

Esta rubrica apresenta uma diminuição, face ao valor verificado em 31 de dezembro de 2023.



	2024	2023
Vendas	213 928,01	120 182,09
% custo da venda	41,64%	49,00%
% Margem s/ venda	58,36%	51,00%

Como se verifica, a margem s/venda aumentou cerca de 7,36 p.p., em relação ao ano de 2023.

10. Réditos

10.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

	2024	2023	Varição
Mercadorias			
Aparelhos	32 741,26	33 487,96	-746,70
Merchandising	9 121,55	10 831,70	-1 710,15
Dermocosmética	172 065,20	75 862,43	96 202,77
	213 928,01	120 182,09	93 745,92
Prestação de serviços			
Balneoterapia	2 688 292,67	2 596 162,01	92 130,66
Fisioterapia	407 951,35	354 126,70	53 824,65
Bem-estar	545 630,50	457 926,06	87 704,44
Consultas	428 503,00	391 041,05	37 461,95
Diversos	5 149,65	3 730,84	1 418,81
Volume de negócios	4 075 527,17	3 802 986,66	272 540,51
rédito	4 289 455,18	3 923 168,75	366 286,43

10.2 Vendas e prestações de serviços por mercado:

Todas as transações foram efetuadas no mercado interno.

Comparativamente com o período de 2023, o rédito da Empresa em 31 de dezembro de 2024, aumentou 366.286,43 Euros, que se traduz num aumento de 9,34% em relação ao período anterior. A atividade da entidade, em 2024, cresceu face ao período homólogo, contudo, ainda aquém dos valores pré pandemia (2019: 4.547.041,19€), apresentando uma redução de 5,66%, que se traduz numa diminuição de 257.586,01€.

11. Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo**11.1. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo**

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Descrição	2024	2023
	Capitais próprios	Capitais próprios
ADDLAP	1 948,77	60,90
Termalismo + Inclusivo	5 887,20	5 887,20
NESTPOLIS	4 138,11	5 138,72
AqvAtopic	4 125,24	687,54
Capital termal inteligente	3 907,84	
Total	20 007,16	11 774,36

Subsidios reconhecidos em "Subsidios à exploração"

Descrição	2024	2023
	Demonstração de resultados	Demonstração de resultados
IEFP - Subsidios estágios e estímulos à criação de emprego	31 109,75	40 830,23
ARPT	2 664,21	6 158,38
Transformar o Turismo TdP	32 760,00	
SUDOE	32 824,21	-
Outros	40,16	5 716,15
Agenda Transf. Turismo PRR	22 560,99	17 349,13
Total	121 959,32	70 053,89

12. Acontecimentos após a data do balanço**12.1. Autorização para a emissão**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 10 de março de 2025. No entanto, o acionista poderá em Assembleia-Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

12.2. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço



Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, que necessitasse de ser ajustada das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

A Guerra da Ucrânia iniciou-se a 21 de fevereiro de 2022, encontrando-se à data sem expectativas do fim do conflito. As consequências económicas afetaram o comércio mundial, traduzindo-se no aumento de algumas matérias-primas e em constrangimentos nas cadeias de distribuição. Devido a este cenário de incerteza, ainda não é possível quantificar possíveis consequências globais, mas a Entidade considera que tais impactos não foram materialmente relevantes para as demonstrações financeiras do ano de 2024, nem colocarão em causa a continuidade das suas operações, nem os seus compromissos financeiros assumidos, nos próximos 12 meses de 2025.

13. Impostos sobre o rendimento

13.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

Gastos/rendimentos	2024	2023
Impostos correntes	-4 358,56	-26 935,47
Impostos diferidos	59 758,67	
Imposto sobre o rendimento do período	55 400,11	-26 935,47

A entidade candidatou-se ao SIFIDE (Sistema de Incentivos fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial), no exercício de 2022 e este não foi reconhecido no respetivo ano por prudência. Foi aprovado pela Agência Nacional de Inovação em julho de 2024 um crédito fiscal no valor de 59.758,67€.

13.2. Relacionamento entre gasto / rendimento de imposto e lucro contabilístico.

Descrição	2024	2023
1 - Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	0,00	0,00
Acréscimos à matéria colectável	7 712,72	338 970,04
Abates à matéria colectável	-182,99	-207 077,13
Base de cálculo do IRC	7 529,73	131 892,91
2 - Imposto corrente (outras Tx.)	941,22	6 250,00
3 - Imposto corrente (Tx. Normal)	0,00	14 813,14
4 - SIFIDE	-941,22	-21 063,14
5 - CFEI		
5 - Derrama	112,95	1 978,39
6 - Tributações autónomas	3 304,39	3 893,94
7 - IRC de períodos anteriores e juros compensatórios	0,00	0,00
8 - Total do Imposto do Período	3 417,34	5 872,33
9 - Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento [9 = (8) / 1 x 100]		

13.3. Explicitação de alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

Em 2024, o imposto sobre o rendimento é de 3.417,34 Euros, para um resultado antes de imposto nulo.

14. Instrumentos financeiros

14.1. Ativos e passivos financeiros

14.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor nominal (custo amortizado semelhante ao valor nominal)

	2024	2023
Clientes	76 405,66	79 545,96
Outras créditos a receber	3 518 935,41	4 154 680,12
Diferimentos	6 963,42	6 150,77
Totais	3 602 304,49	4 240 376,85

14.1.1.1. Clientes

A rubrica clientes corresponde a dívidas a receber de clientes do mercado nacional.

14.1.1.2 Outros créditos a receber

[Handwritten signature and initials]

Descrição	2024	2023
	Corrente	Corrente
IAPMEI-Agendas	2 946 589,80	2 946 589,80
Compensação financeira para equilíbrio de resultados	234 177,80	278 562,17
SUDOE	164 684,10	0,00
Turismo de Portugal	73 118,40	104 455,40
Alienação Gerós-Município S. Pedro do Sul	50 000,00	455 000,00
Processos Tribunal (I. selo Penhor)	26 971,70	26 971,70
IEFP	13 930,16	42 624,98
IAPMEI-Bairros digitais	4 119,50	4 119,50
ARPT	2 664,21	4 544,93
Outros valores a receber - Diversos	1 898,80	2 358,40
Saldos devedores de fornecedores	780,94	17 135,73
Fundo Ambiental	0,00	267 982,51
Outros valores a receber - ACT	0,00	4 335,00
	0,00	0,00
Total	3 518 935,41	4 154 680,12

No dia 10 de março de 2023 foi assinado, o termo de aceitação junto do IAPMEI referente à candidatura apresentada à Agenda Acelerar e Transformar o Turismo nos termos do AAC n.º 02/C05-i01/2022, cabendo à Termalístur um **incentivo de 3.826.740 Euros** referente a um investimento de 4.536.740 Euros. Este projeto de investimento tem como ambição (re)posicionar a Estância Termal de São Pedro do Sul como destino termal de excelência e, progressivamente, de notoriedade internacional no contexto do novo paradigma da saúde e do bem-estar termal, concretizando-se através dos seguintes objetivos:

- **Requalificar o Balneário Rainha D. Amélia**, reforçando a sua especialização no segmento termal do bem-estar dotando de novos espaços, mais modernos e equipados com novas tecnologias e equipamentos inovadores que sustentem novas propostas de experiências;
- **Construir um SPA Termal Exclusivo**, devidamente integrado no Balneário Rainha D. Amélia e no Jardim Exterior, que adicione novas valências à oferta termal disponível acrescentando valor ao produto baseado num conceito arquitetónico que destaca a água como elemento central e privilegia o relax e o bem-estar do visitante;
- **Instalar um Espaço Museológico e Interpretativo**, anexo ao Balneário Rainha D. Amélia, dedicado ao património material e imaterial da Estância Termal de São Pedro do Sul proporcionando aos visitantes uma verdadeira experiência imersiva na história deste destino termal singular;

- **Modernizar o Laboratório Termal**, integrado no Balneário Rainha D. Amélia, que assegure a qualidade da água mineral natural e contribua para potenciar a investigação e o desenvolvimento técnico-científico deste recurso endógeno diversificando a oferta de produtos dermocosméticos concebidos a partir das características singulares da água mineral natural de São Pedro do Sul e comercializados sob a marca AQVA;
- **Implementar um Sistema de Gestão Integrado de Informação**, que permita o acesso privilegiado dos visitantes à informação sobre as respetivas experiências, seja de âmbito administrativo ou logístico, seja de natureza técnica exclusiva oferecendo uma total independência, controlo e rastreabilidade aos visitantes sobre as respetivas experiências;
- **Desenvolver Estudos Técnico-Científicos**, dedicados à avaliação das potencialidades da água mineral natural de São Pedro do Sul, para tratamentos dermatológicos alavancando o mercado potencial dos produtos dermatológicos e o devido reconhecimento científico junto da comunidade médica, particularmente, dos dermatologistas;
- **Estruturar Novas Propostas de Produtos/ Experiências Turísticas**, ancoradas nas ofertas de saúde e bem-estar e na respetiva integração territorial, exclusiva do produto ou multi-produto desenhando propostas compósitas de programas turísticos, com a devida elasticidade e facilidade de personalização, dirigidas aos mercados mais exigentes.

De referir que, no âmbito deste projeto, a Entidade já recebeu o montante de 880.150,20 Euros a título de adiantamento.

Em 2024, a compensação financeira para equilíbrio de resultados nos termos do nº2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, atribuído pelo Município de S. Pedro do Sul, traduziu-se em 234.177,80€.

No início de 2020 foi celebrado um contrato com o “Fundo de Apoio à Inovação” para o financiamento de um projeto “**Promoção da utilização da energia geotérmica**”, através de um subsídio ao investimento não reembolsável, no valor de 1.100.067,75 Euros. A obra foi adjudicada no início de 2021 e encontra-se quase concluída (prevista conclusão a 31/03/2025). De referir que, no âmbito deste projeto a Entidade já recebeu o montante total.



Em dezembro de 2023 foi aprovado o projeto **ThermEcoWat**. As Termas de S. Pedro do Sul integram o consórcio ThermEcoWat em colaboração com parceiros estratégicos franceses e espanhóis. Este projeto visa produzir ações transversais entre cientistas, autoridades públicas e atores económicos de forma a fornecer ferramentas de governação colaborativa para uma melhor coordenação na utilização das nascentes termais, estimulando a valorização dos recursos endógenos.

O projeto ThermEcoWat terá a duração de 3 anos com o investimento total de 2 milhões de euros, financiado em 75% pelo programa Interreg SUDOE 21-27, um programa cujas bases de ação são direcionadas à preservação do capital natural do Sudoeste da Europa e a sua adaptação às alterações climáticas bem como ao reforço da coesão social e do equilíbrio territorial e demográfico através da inovação e do desenvolvimento endógeno. A parte que concerne à Termalístur no referido consórcio, fixa-se num investimento elegível de 219.578 Euros, beneficiando de um incentivo de 164.684 Euros.

Em setembro de 2022 foi assinado, junto do Turismo de Portugal, o termo de aceitação do financiamento do projeto “**Capital Termal Inteligente**”, no valor de 104.455,40 Euros, referente a um investimento de 149.222 Euros. O projeto consiste numa iniciativa inserida na estratégia de transformação digital das Termas de São Pedro do Sul, em linha com a Transformação Digital que se assiste nas principais estâncias termais europeias e, de um modo geral, em todo o Turismo.

O projeto Capital Termal Inteligente tem como objetivo principal promover a redução da sazonalidade e a dispersão territorial dos fluxos turísticos e a melhoria da experiência dos turistas, ao nível da fruição dos equipamentos termais e da rede complementar de estabelecimentos turísticos no território, ao nível da informação, acessibilidade, bilhética e pagamento em tempo real.

Neste sentido, o projeto apresenta diversos investimentos, repartidos entre infraestruturas e tecnologia, sistemas e plataformas tecnológicas, serviços de consultoria externa e ações de capacitação, que contribuirão, no seu todo, para este ecossistema digital que se pretende criar no espaço termal.

No dia 19 dezembro de 2023 foi celebrado um contrato promessa de compra e venda com Tradição entre a Termalístur e o Município de S. Pedro do Sul, referente ao “Complexo do Gerós”. O preço de venda é de 655.000 Euros, tendo à data de 31 de dezembro de 2024 recebido o valor de 605.000 Euros.

A rubrica "Processos Tribunal" corresponde ao pagamento, no valor de 26.971,70 Euros, do imposto do selo relacionado com a constituição da garantia (penhor) a favor da Autoridade Tributária, no âmbito dos processos de impugnação do IVA.

14.1.1.3 Diferimentos

Diferimentos	Períodos		Variação	Var. %
	2024	2023		
Ativos:				
Seguros pagos antecipadamente	2 825,79	3 028,94	-203,15	-6,71%
Outros	4 137,63	3 121,83	1 015,80	32,54%
Total	6 963,42	6 150,77	812,65	13,21%

Esta rubrica inclui a especialização de encargos com seguros, licença anual do software Primavera, plataforma de denúncias e formação.

14.1.2. Passivos financeiros mensurados ao valor nominal

Rubricas	Períodos					
	2024			2023		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimo CA tesouraria (5101022412)	0,00	140 463,61	140 463,61	0,00	150 000,00	150 000,00
Empréstimo CA (56064687325)	1 268 621,73	96 931,72	1 365 553,45	1 372 842,79	79 802,07	1 452 644,86
Empréstimo CGD	3 609 629,96	670 455,49	4 280 085,45	4 282 998,17	624 188,59	4 907 186,76
Locação financeira					88 717,31	88 717,31
Empréstimo CA (59075102047)	244 444,52	266 666,64	511 111,16	511 111,16	266 666,64	777 777,80
Empréstimo CA (56071536888)	407 217,94	25 860,51	433 078,45	434 264,66	24 085,02	458 349,68
Empréstimo CA (51010598778)		200 000,00	200 000,00		200 000,00	200 000,00
Factoring CGD nº100141636		36 011,78	36 011,78		21 624,68	21 624,68
Empréstimo Santander (17277087096)	6 293,36	69 639,83	75 933,19	73 205,52	68 838,81	142 044,33
Locação financeira CGD	12 149,65	2 388,96	14 538,61	14 606,42	2 205,13	16 811,55
Empréstimo CA (56079193439)		40 422,69	40 422,69			
Empréstimo Santander (19877132096)	139 048,77	79 553,30	218 602,07			
Empréstimo livrança Santander		400 000,00	400 000,00			
Empréstimo CA (59076393263)		400 000,00	400 000,00			
total	5 687 405,93	2 428 394,53	8 115 800,46	6 689 028,72	1 526 128,25	8 215 156,97
Fornecedores		201 950,50	201 950,50		145 051,75	145 051,75
Outras contas a pagar		332 596,00	332 596,00		321 822,33	321 822,33
Diferimentos		521 689,96	521 689,96		468 623,12	468 623,12
Totais	5 687 405,93	3 484 630,99	9 172 036,92	6 689 028,72	2 461 625,45	9 150 654,17

14.1.2.1. Empréstimos

Em 2024 foram celebrados os seguintes contratos de financiamento:

-a 12 de julho de 2024 foi celebrado um contrato de financiamento junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro e Lafões, no valor de 60.000 Euros, pelo período de 9 meses, a uma taxa de juro Euribor a 3 meses, acrescida de spread de 4,85%;

- a 26 de julho de 2024 foi celebrado um contrato de financiamento junto do Banco Santander Totta, no valor de 250.000 Euros, pelo período de 36 meses, a uma taxa de juro Euribor a 12 meses, acrescida de spread de 4%;

-a 22 de novembro de 2024 foi celebrado um contrato de financiamento junto do Banco Santander Totta, no valor de 400.000 Euros, pelo período de 3 meses, a uma taxa de juro Euribor a 12 meses, acrescida de spread de 2%;

-a 30 de dezembro de 2024 foi celebrado um contrato de financiamento junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro e Lafões, no valor de 400.000 Euros, pelo período de 6 meses, a uma taxa de juro Euribor a 6 meses, acrescida de spread de 2,047%.

Remete-se para a nota 6 do Anexo, a informação disponível sobre o empréstimo obtido junto da Caixa Geral de Depósitos.

O valor inscrito em locações financeiras não corrente refere-se ao contrato de leasing detalhado na nota 7 do Anexo.

Em abril de 2020, a Termalitur aderiu às moratórias públicas dos créditos de médio e longo prazo, sendo o novo terminus dos empréstimos o seguinte:

Banco	Prazo	Data_inicio	Data_fim	valor	Novo terminus
Credito Agricola	15 anos	21/03/2018	21/03/2033	1 750 000,00 €	21/09/2035
CGD	20 anos	14/03/2008	14/03/2028	13 750 000,00 €	14/09/2030

Em novembro de 2020, foi efetuada uma operação de financiamento, Crédito à Atividade-Fundo de Maneio no valor de 1.000.000 Euros, ao abrigo do protocolo Apoio Economia COVID 19-SMC, celebrado entre a Norgarante e a CCAM Beira Douro e Lafões CRL, pelo prazo de 72 meses (com carência de 18 meses), a uma taxa de juro Euribor a 12 meses, acrescida de spread de 1,5%. Esse empréstimo também beneficiou das moratórias-carência de capital de + 9 meses, previsto no Decreto-Lei n.º 22-C/2021 de 22 de março.

14.1.2.2. Fornecedores

Designação	2024	2023
Câmara Municipal de S. P. S.	178 781,77	89 488,97
EDP	15 961,05	11 449,52
Outros de pequeno montante	3 137,52	3 467,65
Schindler, SA	1 537,51	0,00
Microchen-Ensaio e análises, Lda	1 437,87	8 599,55
Leasy mobility Portugal, SA	1 094,78	0,00
INIAV		11 097,33
Artecer, Lda		7 366,94
Hotel Vouga		4 464,00
Trane Portugal, Soc. Unip. Lda		3 862,20
Vitor Campos & Associado SROC		1 845,00
Visipapel, Lda		1 239,35
Maxicópia, Lda		1 107,00
HPRD, Lda		1 064,24
	201 950,50	145 051,75

Verifica-se um aumento das dívidas a pagar a fornecedores em, cerca de, 56.899 Euros.

Em 31 de dezembro de 2024, aproximadamente 89% do saldo de fornecedores é referente ao único acionista da Empresa, o Município de São Pedro do Sul (MSPS). Este montante resulta da cedência de exploração do Balneário Rainha D. Amélia (174.616,43€) e do fornecimento de água (4.165,34€).

A exploração do balneário RDA, foi protocolada em 12 de fevereiro de 2004, por um prazo de trinta anos e entrou em vigor em 15 de março de 2004, segundo a "Cláusula nº 11" do referido protocolo. O Município de São Pedro do Sul transfere para a Termalistur, a gestão do referido balneário, bem como todos os bens e equipamentos nele existentes (ver nota 12.2).

A gestão compreende toda a gestão económica e financeira no que concerne ao pessoal, prestação e venda de serviços e bens, que são prestados fundamentalmente na aplicação de tratamentos que impliquem a utilização de água mineral natural e meios complementares para fins terapêuticos e outros serviços colaterais.

Em março de 2018 e após pedido ao Município de redução da renda baseada na aplicação do VPT, articulando o n.º 2 do Art.º 54º do Novo Regime do Arrendamento Urbano, referente a arrendamentos para fins não habitacionais e respetiva remissão para as alíneas a) e b) do n.º 2 do

Art.º 34º do mesmo diploma, obteve-se um parecer favorável do mesmo, tendo a renda reduzido dos 65.940,57 Euros para 8.100,00 Euros (em 2024 foi de 9.397,79 Euros).

Em 11/08/2022 a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul revogou a anterior deliberação de 2011 que concedia isenção no pagamento do fornecimento de água, com efeitos a 01/01/2022.

14.1.2.3. Outras dívidas a pagar corrente

	2024	2023
Remunerações a liquidar (ferias e sub.)	226 342,30	188 096,14
Fornecedores de Investimento	60 995,69	87 973,50
Juros a liquidar	15 176,54	18 011,13
Imi a liquidar	11 967,88	17 485,60
Eletricidade	12 254,36	8 413,82
Outros credores	975,24	1 749,86
Pessoal	114,77	92,22
Saldos credores (clientes)	0,00	0,06
Outros credores por acréscimos de gastos	4 769,22	0,00
Total	332 596,00	321 822,33

Esta rubrica inclui, nomeadamente:

- Estimativa para férias e subsídio de férias no montante de 226.342,30 Euros, tendo esta aumentado face ao ano anterior devido ao aumento dos vencimentos e entrada de vários funcionários para o quadro da empresa;
- Dívidas a fornecedores de investimentos no valor de 60.995,69 Euros;
- Especialização de juros suportados no montante de 15.176,54 Euros, referentes aos financiamentos;
- Especialização do Imposto Municipal sobre Imóveis no montante de 11.967,88 Euros.

14.1.2.4. Outras dívidas a pagar não corrente

Os valores inscritos nesta rubrica referem-se aos passivos referentes aos valores dos subsídios aos investimentos (ver nota 14.9).

14.1.2.5. Diferimentos

Diferimentos	Períodos		Variação	Var. %
	2024	2023		
Passivos:				
Estágios a reconhecer (IEFP)	1 450,19	24 882,09	-23 431,90	-94,17%
Fundo Ambiental	-	40,16	-40,16	-100,00%
Bairros digitais	5 350,00	5 350,00	0,00	0,00%
ATT Agenda Acelerar e Transf. Turismo	383 029,88	405 590,87	-22 560,99	-5,56%
Transformar Turismo	-	32 760,00	-32 760,00	-100,00%
Sudoe	131 859,89	-	131 859,89	
Total	521 689,96	468 623,12	53 066,84	

A rubrica estágios a reconhecer (IEFP) inclui os rendimentos a reconhecer relativos aos subsídios do IEFP.

A rubrica "ATT Agenda Acelerar e Transformar o Turismo" inclui os rendimentos a reconhecer, relativos ao subsídio atribuído ao projeto "Agenda Acelerar e Transformar o Turismo", associados a gastos de pesquisa, qualificação e internacionalização. A 31 de dezembro de 2024 já tinha sido reconhecido 39.910,12 Euros, estando os restantes 383.029,88 Euros diferidos.

A rubrica "SUDOE" inclui os rendimentos a reconhecer, relativos ao subsídio atribuído ao projeto "ThermEcoWat", associados a gastos de pesquisa, gastos de pessoal, gastos de viagens e administrativos. A 31 de dezembro de 2024 já tinha sido reconhecido 32.824,21 Euros, estando os restantes 131.859,89 Euros diferidos.

14.2. Total de rendimento e gasto de juros para ativos e passivos financeiros

A Empresa não apresenta rendimentos de juros para os ativos financeiros.

O total de gastos de juros para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

a) Gastos de juros para passivos financeiros:

Passivos Financeiros	Períodos	
	2024	2023
Juros suportados	424 116,09	399 104,16
Outros gastos de financiamento	31 448,55	21 743,22
	455 564,64	420 847,38

14.3. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2024, a Empresa detinha um capital social de 4.559.379 Euros, estando totalmente realizado, sendo detido a 100% pelo Município de S. Pedro do Sul.

O montante de capital inclui uma entrada em espécie de 1.239.043 Euros, referente ao imóvel designado "Silo Auto".

14.4. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2024, a Empresa detinha um capital social de 4.559.379 ações, ao valor nominal de 1 Euro por ação, integralmente realizadas.

14.5. Variação do número de ações em circulação durante o período

Não houve variação do número de ações em circulação até 31 de dezembro de 2024.

14.6. Reserva Legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

14.7. Outras Reservas

O valor constante desta rubrica, compreende os resultados de anos anteriores, que por decisão do Concelho de Administração e das várias Assembleias Gerais, deliberaram constituir reservas livres, com os resultados obtidos nos diversos períodos.

14.8. Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados líquidos dos anos anteriores.

14.9. Outras variações do capital próprio

Os movimentos ocorridos no ano apresentam-se no seguinte quadro:

Descriutivo	2024				
	Saldo inicial	Aumento	Imputação	Regularização	Saldo final
Subsídios ao investimento	4 687 460,36	172,52	20 007,16	0,00	4 667 625,72
Subsidio Adlap	1 948,77		1 948,77		0,00
Subsidio Nestpolis	4 138,11		4 138,11		0,00
Subsidio Termalismo + inclusivo	87 847,27		5 887,20		81 960,07
Subsidio FAI	1 093 966,87	172,52			1 094 139,39
Subsidio AqvATOPIC	24 063,94		4 125,24		19 938,70
Subsidio Transformar Turismo	71 695,40		3 907,84		67 787,56
Subsidio Agenda acelerar e transformar o Turismo	3 403 800,00				3 403 800,00
Ajustamentos Impostos diferidos	1 054 678,58	38,82	4 501,72	0,00	1 050 215,68
Subsidio Adlap	438,71		438,47		0,24
Subsidio Nestpolis	931,58		931,11		0,47
Subsidio Termalismo + inclusivo	19 764,89		1 324,68		18 440,21
Subsidio FAI	246 142,55	38,82			246 181,37
Subsidio AqvATOPIC	5 414,38		928,20		4 486,18
Subsidio Transformar Turismo	16 131,47		879,26		15 252,21
Subsidio Agenda acelerar e transformar o Turismo	765 855,00				765 855,00
Subsídios após efeito de impostos diferidos	3 632 781,78	133,70	15 505,44	0,00	3 617 410,04

Descriutivo	2023				
	Saldo inicial	Aumento	Imputação	Regularização	Saldo final
Subsídios ao investimento	1 227 728,86	3 475 495,40	11 774,36	-3 989,54	4 687 460,36
Subsidio Adlap	2 009,67		60,90		1 948,77
Subsidio Nestpolis	9 276,83		5 138,72		4 138,11
Subsidio Termalismo + inclusivo	93 734,47		5 887,20		87 847,27
Subsidio FAI	1 093 966,87				1 093 966,87
Subsidio AqvATOPIC	28 741,02		687,54	-3 989,54	24 063,94
Subsidio Transformar Turismo		71 695,40			71 695,40
Subsidio Agenda acelerar e transformar o Turismo		3 403 800,00			3 403 800,00
Ajustamentos Impostos diferidos	276 239,10	781 986,47	2 649,34	-897,65	1 054 678,58
Subsidio Adlap	452,41		13,70		438,71
Subsidio Nestpolis	2 087,84		1 156,26		931,58
Subsidio Termalismo + inclusivo	21 089,57		1 324,68		19 764,89
Subsidio FAI	246 142,55				246 142,55
Subsidio AqvATOPIC	6 466,73		154,70	-897,65	5 414,38
Subsidio Transformar Turismo		16 131,47			16 131,47
Subsidio Agenda acelerar e transformar o Turismo		765 855,00			765 855,00
Subsídios após efeito de impostos diferidos	951 489,76	2 693 508,93	9 125,02	-3 091,89	3 632 781,78

15. Benefícios dos empregados

PESSOAS AO SERVIÇO E HORAS TRABALHADAS

2024

Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:		
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da empresa	142	256 276
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da empresa	0	
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:		
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO COMPLETO	141	256 148
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	141	256 148
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO PARCIAL	1	128
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	41	74 760
Mulheres	101	181 388

Os gastos com o pessoal estão detalhados no quadro a seguir:

Descrição	Períodos		Variação	
	2024	2023	Absoluta	% face a 2023
Gastos com o pessoal				
Remunerações dos órgãos sociais	54 260,23	51 194,40	3 066	6,0%
Remunerações do pessoal	1 995 067,67	1 943 724,99	51 343	2,6%
Encargos sobre remunerações	431 768,11	414 328,56	17 440	4,2%
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	30 582,67	29 035,29	1 547	5,3%
Outros gastos com pessoal	47 299,33	41 615,02	5 684	13,7%
Dos quais:				
Higiene, segurança trabalho	3 596,04	3 296,37	300	9,1%
Gastos com SNS	36 817,08	36 942,08	(125)	(0,3%)
Gastos com fardamento	0,00	85,32	(85)	(100,0%)
Gastos com formação	6 592,29	1 275,00	5 317	417,0%
Outros gastos com pessoal	293,92	16,25	278	1708,7%
	2 558 978,01	2 479 898,26	79 079,75	3,2%

Conforme se pode verificar, ocorreu um aumento nos valores de gastos com o pessoal. O acréscimo verificado nos gastos com o pessoal, deve-se à atualização das tabelas salariais, fruto do aumento do SMN de 761,58 Euros para 821,83 Euros e atualizações nos restantes funcionários. Relativamente ao número de colaboradores, em termos médios foi de 142 no ano 2024, e de 147 no ano 2023.

Na rubrica "Outros gastos com pessoal" está contabilizada a despesa com a prestação de serviços do Serviço Nacional de Saúde e a dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores no valor de 36.817,08 Euros (2023: 36.817,08 Euros).

16. Divulgações exigidas por diplomas legais

- A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado nem à Segurança Social nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.
- Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o ano de 2024, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2024.
- Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.
- A Empresa não dispõe de sucursais.
- Os honorários do Revisor Oficial de Contas relativamente à Certificação Legal de Contas de 2024 é de 4.440 Euros. A 31 de dezembro de 2024 não existiam dívidas vencidas.

17. Outras informações

17.1. Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e outros entes públicos" é o seguinte:

	Periodos	
	2024	2023
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	15 683,91	3 576,74
	15 683,91	3 576,74
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		598,13
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	21 182,50	29 912,64
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	9 907,50	8 572,10
Segurança Social	33 592,56	26 165,07
Outros impostos	136 580,51	99 318,38
	201 263,07	164 566,32

A Empresa em termos de Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) encontra-se submetida ao regime de "pro rata". No decorrer de 2024, a Empresa utilizou o "pro rata provisório" de 16%, isto é, na aquisição de bens e serviços a Empresa suportou 84% do IVA.

No final do ano foi apurado o "pro rata definitivo" de 18%, tendo-se procedido à regularização favor da empresa, no montante de 5.161,06 Euros.

As dívidas apresentadas no passivo decorrem da normal atividade da empresa e foram liquidadas dentro dos prazos legais estabelecidos no ano 2024, à exceção da despesa com a prestação de serviços do Serviço Nacional de Saúde e a dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores no valor de 135.497,88 Euros, que se encontra em dívida o valor referente aos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024.

17.2. Fornecimentos e serviços externos

De um modo geral, o valor desta rubrica aumentou, cerca de 15.840 Euros, aproximadamente 1,47% em relação a 2023.

É de salientar o aumento do valor da eletricidade, cerca de 78.640 Euros, relativamente a 2023, resultante do aumento das tarifas de acesso às redes apresentado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

Os "Serviços especializados" incluem 340.394 Euros referentes a Consultas Médicas de Hidrologia e Medicina Física e Reabilitação realizadas pelo corpo clínico (2023: 310.671 Euros).

	2024	2023	Variação	Variação %
Serviços especializados	453 960,29	424 386,84	29 573,45	7,0%
Electricidade	179 183,50	100 543,39	78 640,11	78,2%
Rendas e alugueres	144 284,04	139 505,91	4 778,13	3,4%
Outros serviços (Inclui animação termal)	45 801,33	71 188,41	-25 387,08	(35,7%)
Combustíveis	37 215,75	34 614,89	2 600,86	7,5%
Água	30 467,63	35 400,75	-4 933,12	(13,9%)
Seguros	30 071,71	29 098,24	973,47	3,3%
Honorários	26 580,60	39 348,40	-12 767,80	(32,4%)
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	23 044,41	6 991,19	16 053,22	229,6%
Conservação e reparação	22 482,62	29 229,07	-6 746,45	(23,1%)
Publicidade e propaganda	21 153,25	39 426,05	-18 272,80	(46,3%)
Despesas de representação	17 682,88	22 875,49	-5 192,61	(22,7%)
Serviços bancários	14 173,78	12 056,45	2 117,33	17,6%
Material de conservação e reparação	10 840,16	45 861,15	-35 020,99	(76,4%)
Material para bem-estar	7 715,28	8 964,35	-1 249,07	(13,9%)
Comunicação	6 855,80	5 869,15	986,65	16,8%
Material de escritório	6 330,93	5 834,89	496,04	8,5%
Deslocações e estadas	5 088,58	3 287,60	1 800,98	54,8%
Limpeza, higiene e conforto	3 660,71	5 356,10	-1 695,39	(31,7%)
Outros serviços	3 419,92	4 995,47	-1 575,55	(31,5%)
Outros Materiais	1 126,81	4 163,84	-3 037,03	(72,9%)
Material para tratamentos	993,17	2 502,31	-1 509,14	(60,3%)
Livros e documentação técnica	193,20	2 659,65	-2 466,45	(92,7%)
Contencioso e notariado	169,52	990,16	-820,64	(82,9%)
Óleos e lubrificantes	83,43	0,00	83,43	100,0%
Artigos de ofertas	60,00	249,20	-189,20	(75,9%)
Transportes de mercadorias	23,43	1 423,61	-1 400,18	(98,4%)
	1 092 662,73	1 076 822,56	15 840,17	1,47%

17.3. Outros rendimentos



RUBRICAS	Períodos	
	2024	2023
Rendimentos suplementares	27 457,56	53 622,05
Dos quais:		
Geotermia-Com Iva ded.	9 600,00	9 600,00
Electricidade-Com Iva ded.	0,00	
Cedência Espaço "Vodafone"	5 096,88	5 096,88
Cedência Exploração "Quiosque Termas"	0,00	0,00
Aluguer Salas	447,15	439,02
Gerós	0,00	26 283,11
Cedência de Exploração Bar Gerós	0,00	1 002,00
Cedência Exploração "CAFÉ BAR BDAH"	11 978,40	11 201,04
Outros	335,13	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	2,41
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	20 527,68	229 048,37
Dos quais:		
Alienações	182,99	206 633,71
Sinistros	327,25	7 951,18
Fracção D	6 589,92	6 162,24
Fracção C-Loja Cidadão	5 027,52	4 701,24
Fracção A-Loja	3 600,00	2 400,00
Fracção A-Bar	4 800,00	1 200,00
Excesso da estimativa para impostos	158,93	0,73
Correções relativas a exercicios anteriores	3 552,98	124,79
Subsídios ao investimento	20 007,16	11 774,36
Compensação financeira p/ equilibrio financeiro	234 177,80	278 562,17
Outros	6 043,29	111,24
Total	311 925,40	573 245,39

Conforme se pode verificar, existem frações associadas ao Balneário D. Afonso Henriques que se encontram arrendadas, gerando um rendimento que, à data de 31 de dezembro de 2024, soma o montante de 20.017,44 Euros (2023: 14.463,48 Euros) (Fracção D e fracção C e 2 parcelas da fracção A). A fracção "B" ("Café bar BDAH) encontra-se em cedência de exploração, tendo gerado um rendimento de 11.978,40 Euros (2023: 11.201,04 Euros).

As parcelas associadas a estes arrendamentos são irrelevantes, face à dimensão total do imóvel, e não existe a possibilidade das parcelas serem vendidas de forma separada, pelo que, atendendo ao parágrafo 10 da NCRF nº11 não se encontram classificadas na rubrica "Propriedades de Investimento".

Nos termos do nº1, do art.40º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, as empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados, acrescentando o nº2, do mesmo normativo legal que *"sem prejuízo do disposto no nº5, no caso de resultado líquido antes de imposto se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa"*.

Relativamente ao ano de 2024, a compensação financeira para equilíbrio de resultados, nos termos do nº2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, tem o valor de 234.177,80 Euros (ver nota 12.2).

17.4. Outros gastos

RUBRICAS	Períodos	
	2024	2023
Impostos	36 957,76	39 383,20
IMI - Imposto Municipal sobre imóveis	9 695,77	17 516,75
Imposto selo	23 965,98	19 564,14
Taxas	3 296,01	2 302,31
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,01	0,00
Perdas em inventários	352,40	623,90
Correções relativas a períodos anteriores	7 529,72	8 293,72
Donativos	0,00	0,00
Quotizações	11 745,56	11 613,20
Ofertas e amostras de inventários	1 555,40	2 479,03
Insuficiência estimativa para impostos	0,00	0,00
Outros	2 618,96	5 641,43
	60 759,81	68 034,48

17.5. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

17.5.1 Passivos contingentes

Em 2014, durante os meses de fevereiro a outubro, a Empresa foi objeto de uma ação inspetiva pela Direção de Finanças de Viseu, a qual incidiu sobre os exercícios económicos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 em sede de IVA, e sobre os exercícios económicos de 2011, 2012 e 2013 em sede de IRC, tendo sido notificada do Relatório de Inspeção Tributária em 26/11/2014.

De acordo com os serviços de inspeção tributária a Empresa não pode beneficiar nos tratamentos termais da isenção prevista na alínea 1 e na alínea 2 do Art.º 9º do CIVA, constituindo as mesmas prestações de serviços sujeitas a IVA.

Sucede que, de acordo com a informação nº2141, do SIVA, desp. de 86.11.04, a prestação de serviços termais está isenta de IVA, bem como as prestações que constituem o prolongamento direto dos cuidados médicos e sanitários prestados aos utentes, por inclusão no nº2 do artigo 9º do CIVA, devendo, no entanto, ficar fora do âmbito de isenção, as prestações de serviços efetuadas pela hotelaria, normalmente existente em tais estabelecimentos. Assim, tendo em consideração que o entendimento vigente na altura emanado nesta informação administrativa se mantém atual face à jurisprudência produzida desde então, que define o âmbito de aplicação da isenção, a prestação principal - prestação de tratamentos termais - é uma operação isenta. Sendo também de mencionar que este entendimento foi recentemente prestado pela própria Autoridade Tributária na informação vinculativa referente ao processo nº4328, por despacho de 2013-01-14.

A Empresa não concorda com os fundamentos apresentados e correções efetuadas pela Autoridade Tributária em, aproximadamente, 3.525.000 Euros, tendo apresentado Reclamações Graciosas, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento das Reclamações Graciosas, Pedidos de revisão oficiosa, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento dos Pedidos de revisão oficiosa, em sede de IVA e IRC, para cada um dos anos.

A 18/11/2015 de acordo com o disposto na al. d), do n.º 1, do Art.º 102º, do CPPT e Art.º 97º do CIVA, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IVA e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em falta por "correções técnicas", vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

A 24/03/2016 de acordo com o disposto no nº2 do Artº 76, Artº 99 e al. E), do nº1, do Artº102 do CPPT e Artº 137 do CIRC, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IRC e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012 e 2013, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em

falta por “correções técnicas”, vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT. No dia 14 de novembro de 2016 foi emitido o ofício-circulado nº30184 que versa sobre o assunto “IVA-Atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos termais”. Atenta à pertinência desse ofício para a decisão do objeto dos autos, a Termalistur requereu a junção do mesmo aos autos, no entanto a Autoridade Tributária manteve a sua posição.

Para obter a suspensão da execução fiscal, e na impossibilidade de apresentar outras formas de garantia, a Termalistur aceitou dar como garantia sob a forma de penhor o trespasse do estabelecimento comercial com todos os seus pertences.

Em 28 de fevereiro de 2019, foi conhecida a sentença, do processo 887/15.2BEVIS, relativa da IVA de 2012, no valor de 763.416,71 Euros, que obteve o seguinte desfecho;

“julga-se a presente impugnação parcialmente procedente e, consequentemente,

a. Determina-se a anulação das Liquidações de IVA e juros compensatórios impugnadas respeitantes ao ano de 2012;

b. Absolve-se a Fazenda Publica do pedido de indemnização por garantia indevida e de condenação como litigante de má-fé.

ii) Condena-se nas custas do incidente de litigância de má-fé a impugnante, fixando-se estas em UC [cfr. Artº 9527 do CPC aplicável a viarL 2. do CPPT, nfl 4 do ai-Lº 7Y e Tabela Anexa 11 cio RCP];

iii) Condenam-se nas custas dos presentes autos a impugnante e a Fazenda Publica, segundo o seu decaimento, respetivamente 5% e 95% [cfr. arL 527 do CPC aplicável ar v/arL 2. do CPPT, art. 6. e Tabela.

No ano de 2020 foram conhecidas as sentenças dos processos 888/15.0BEVIS, 886/15.4BEVIS e 886/15.6BEVIS, relativos aos valores o IVA de 2013, 2011 e 2010, respetivamente, onde consta a absolvição no pagamento das respetivas liquidações.

A Autoridade Tributária procedeu à apresentação do recurso das sentenças, e tendo em consideração da Mandatária judicial que está encarregue do processo, que considera a possibilidade de condenação da Entidade remota, a Administração considera possível não vir a ser penalizada com o pagamento dos impostos IVA/IRC e demais acréscimos legais, originados com as alterações efetuadas pela Autoridade Tributária neste e demais processos, com a mesma natureza, motivo pelo qual não procedeu à constituição de qualquer provisão. Presentemente, a entidade apresentou as contra-alegações do recurso apresentado pela Autoridade Tributária ao IVA de 2010.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da sociedade, entende que a Sociedade tem capacidade de prosseguir em continuidade, atendendo à sua capacidade diferenciadora face à concorrência e aos apoios que recebe do Município de S.P. Sul.

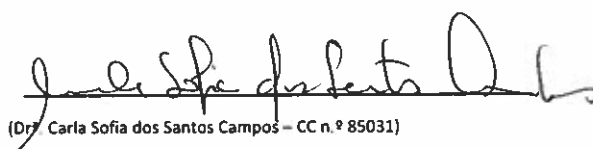
Termas, 10 de março de 2025

O Conselho de Administração:

A Contabilista Certificada



(Dr. Vítor Jorge Paiva Leal – Presidente do Conselho de Administração)



(Dr. Carla Sofia dos Santos Campos – CC n.º 85031)



(Dr. Fernando Varando Aido – Vogal)



(Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho – Vogal)